



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WILSON CAIO CONSTANTINO DE HOLANDA

**MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE CONTINUIDADES E INOVAÇÕES:
A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO
UCHÔA**

**RECIFE
2018**

WILSON CAIO CONSTANTINO DE HOLANDA

**MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE CONTINUIDADES E INOVAÇÕES:
A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO
UCHÔA**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a ser utilizado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

RECIFE
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H722m Holanda, Wilson Caio Constantino de
Movimentos Sociais Entre Continuidades e Inovações: A Experiência do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa / Wilson Caio Constantino de Holanda. - 2018.
57 f. : il.

Orientador: Paulo Afonso Barbosa de Brito.
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2022.

1. Movimentos Sociais. 2. Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa. 3. Meio Ambiente. I. Brito, Paulo Afonso Barbosa de, orient. II. Título

CDD 300

**MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE CONTINUIDADES E INOVAÇÕES:
A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO
UCHÔA**

Monografia aprovada em 30/08/2018, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Nota _____

Prof. Dra. Rosa Maria de Aquino

Nota _____

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva

Nota _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me conduzido até este momento, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no caminho. Ao fim, apesar dos pesares, de me sentir fraco e ansioso por diversas vezes, sei que tudo serviu para o meu amadurecimento.

Agradeço aos meus pais, Wilson e Marta, que, apesar de tudo, nunca deixaram de acreditar no meu potencial e sempre proveram todo o necessário para que eu nunca desistisse de concluir essa jornada. Agradeço também às minhas irmãs, Cássia e Cassiane, por também nunca desacreditarem de mim. Também quero agradecer à minha avó, Marluce, por sempre se colocar à disposição e fazer tanto por mim, mesmo eu não merecendo.

Aos vários amigos e amigas, novos/as e antigos/as, que, de forma direta ou indireta, foram capazes de me ouvir e dizer palavras de encorajamento. Um agradecimento especial a Alberto Lins, por ter sido de crucial importância ao me ouvir e, acima de tudo, me confrontar a tocar este trabalho.

Agradeço à psicóloga Graça Rocha, que me acompanhou por um longo período, sempre dando ouvidos e colocando questões tão pertinentes, me pondo em frente ao espelho da minha alma.

Um muito obrigado de coração ao meu orientador, Professor Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito, pelo incentivo, por tanta paciência, pela dedicação e por se colocar nessa empreitada junto comigo. O senhor não faz ideia do quão fundamental foi nesse processo!

Às Professoras Dras. Rosa Maria de Aquino e Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, meus agradecimentos profundos. À primeira por ter, enquanto minha orientadora, me suportado tanto e me ensinado ainda mais; à segunda agradeço por ter revisado meu trabalho e se disponibilizado sem reservas.

Agradeço também a todos os outros professores e professoras do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

RESUMO

Os movimentos sociais irrompem com espetacular capacidade mobilizadora e formuladora em maio de 1968, mudando profundamente a pauta, os personagens e os métodos das lutas sociais populares até então; da classe operária, do mundo do trabalho, do espaço das fábricas, para pluralidade de sujeitos, diversidade de bandeiras, ocupação de espaços de ruas, praças, universidades, incorporando as questões da paz, raça, gênero, identidade, entre outras. Tendo em vista essa nova noção, este trabalho foca sua discussão no Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, estudando seu papel como agente transformador dentro de uma realidade local. O referido movimento segue a tradição de movimentos sociais em Recife ao longo da História do Brasil, conseguindo se colocar como representante dos anseios de várias comunidades do entorno da Mata do Engenho Uchôa. No entanto, o movimento se encaixa na dimensão dos novos movimentos sociais, pois se notabiliza pela defesa do Meio Ambiente, surgida a partir de uma demanda local, mas que faz parte de uma agenda global de lutas coletivas.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The social movements burst with spectacular mobilizing and formulating power in the May 1968, profoundly changing agenda, characters and methods involving the social popular struggle so far; from the working class, the working world, the factories sites, to the plurality of subjects, diversity of mottos, occupation of streets, squares, universities, incorporating questions such as peace, race, gender, identity, among others. Bearing this new notion in mind, this work focus the discussion in the social movement called “Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa”, studying its role as a changing agent in a given local reality. This movement follows the tradition of social movements in Recife throughout the History of Brazil, being able to place itself as a representative of the desires of several communities neighboring the Engenho Uchôa woodland. However, the movement fits in the dimension regarding the so-called “New Social Movements”, because it is notorious for the defense of the environment, which ascended from a local demand, but is present in a global agenda of collective efforts.

Keywords: Social movements; “Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa”; Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização da Mata do Engenho Uchôa.....	34
Figura 2: Ocupação ao longo da linha da RFFSA.....	35
Figura 3: Mapa do Uso do Solo ano 1984.....	36
Figura 4: Registros fotográficos de incêndio na Mata do Engenho Uchôa.....	40
Figura 5: Cartaz informativo sobre o Seminário Mata do Engenho Uchôa.....	42
Figura 6: Mobilização do Movimento contra a instalação da usina de lixo na mata..	43
Figura 7: Caminhada dos estudantes em defesa da Mata do Engenho Uchôa.....	44
Figura 8: Encontro do projeto de extensão no dia 14/04/2018.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	10
1.1. Apresentação do capítulo.....	10
1.2. Os Movimentos sociais nas Teorias Sociológicas Clássicas.....	11
1.3. Os Movimentos Sociais nas Teorias Sociológicas Contemporâneas.....	12
2. MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERNAMBUCO	20
2.1. Movimentos sociais no período colonial e no Império.....	20
2.1.1. Povos indígenas.....	20
2.1.2. Movimentos de negros escravizados e aquilombados.....	20
2.1.3. Lutas urbanas e políticas: três revoluções libertárias.....	21
2.1.4. Movimentos de camponeses pobres e pequenos comerciantes.....	24
2.2. Movimentos sociais em Pernambuco no século XX até 1964.....	25
2.2.1. Movimento operário e sindical.....	25
2.2.2. As Ligas Camponesas e o sindicalismo rural.....	26
2.2.3. Movimentos Eclesiais Populares.....	27
2.2.4. Movimentos Comunitários de Bairros.....	28
2.2.5. Movimento Negro Unificado.....	31
2.3. Final do século XX e início do século XXI: Pluralidade de lutas e organizações.....	32
3. A LUTA EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO UCHÔA	33
3.1. A Mata do Engenho Uchôa.....	34
3.2. O Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa.....	37
3.2.1. De 1979 a 1988.....	37
3.2.2. De 1989 a 1998.....	38
3.2.3. De 1999 a 2008.....	41
3.2.4. De 2009 a 2018.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE	56

INTRODUÇÃO

Os Movimentos Sociais são, ao mesmo tempo, um fenômeno das sociedades contemporâneas (embora as ações coletivas, protestos, revoltas, remontem à história da humanidade), e um paradigma analítico das ciências sociais. Como manifestação contemporânea, 1968 é um ano emblemático para afirmação dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, porque, ao mesmo tempo explodiram diversas manifestações duradouras em pelo menos 40 países, e as décadas seguintes foram marcadas pela emergência de importantes movimentos sociais, que tiveram influência significativa na elaboração da agenda social e política de então e nos anos seguintes, mas também nos valores e comportamentos das pessoas, grupos, sociedades, como as questões das mulheres e do feminismo, da identidade étnico-racial e da multiculturalidade, da luta pela paz e da não violência ativa, da defesa ambiental e do bem viver, das liberdades individuais e do respeito às coletividades tradicionais ou modernas.

Para alguns autores, estes novos movimentos distinguem-se bastante de outras “revoltas”, “ações coletivas”, “mobilizações sociais”, “protestos”, ocorridos historicamente, desde o século XVI, e que são analisados de diversas formas pelas ciências sociais. Mas distinguem-se também dos movimentos sociais mais tradicionais como o movimento operário e o movimento camponês, que assumem uma condição nitidamente classista. Para outros autores, apesar de registrar as distinções ou diferenças, também se registram graus de continuidades e permanências, entre antigos e novos movimentos sociais.

Neste sentido já existe uma vasta produção teórica nas ciências sociais, especialmente na sociologia, onde é forte a referência ao paradigma da emancipação social, espaço em que as correntes marxistas ou, mais precisamente neomarxistas, ocuparam referência central, buscou nos chamados “novos movimentos sociais” a matéria-prima para suas análises e interpretações da realidade social.

Para a presente monografia assumimos como referências centrais as abordagens que enfatizam o conflito e a solidariedade, as ações coletivas e os atores principais; a autonomia e a cooptação; a inteligência afetiva e as estratégias de intervenção; que, de distintas formas ou com diferentes ênfases elaboram em torno da problemática pesquisada. Neste sentido, nos movemos em torno das contribuições de Manuel Castells, Safira Bezerra Ammann, Alain Touraine, Alberto Melucci, Remo Mutzemberg, Maria da Glória Gonh.

Deste modo pode-se afirmar que esta é uma problemática significativa para as ciências sociais na atualidade, e, se justifica como tema da presente monografia. Para a realização da mesma foram tomadas iniciativas de pesquisa coladas a um projeto de extensão universitária (Formação para Educadores e Educadoras dos Movimentos Sociais da Região Metropolitana do Recife), coordenado pelo professor orientador da presente monografia.

Frente a essa problemática geral acima apresentada, nos colocamos como problemática específica para a presente monografia, a análise de um movimento social específico do Estado de Pernambuco. Para tal nos colocamos a seguinte pergunta: considerando que, a trajetória dos movimentos sociais em Pernambuco demonstram graus de continuidade entre diversos movimentos presentes na história do Estado, mas também de inovações em cada um, ou na maioria deles, nos perguntamos: “Qual a especificidade do Movimento em Defesa da Mata de Engenho Uchôa como parte da luta social em Pernambuco?”.

Diante desta questão, levantamos como hipótese que a especificidade seria a questão da defesa do meio ambiente, especialmente pela manutenção da referida mata, como um bem coletivo para a cidade do Recife, e para o meio ambiente em geral.

Para este estudo, estabelecemos como objetivo geral: analisar o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, suas continuidades e inovações na trajetória dos movimentos sociais no Estado de Pernambuco.

Quanto aos objetivos específicos, definimos: reconstruir a história de quatro décadas de mobilizações e conquistas do referido movimento; evidenciar os seus elementos de continuidade e inovação no processo da trajetória dos movimentos sociais em Pernambuco; investigar a experiência do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa na sua trajetória como movimento social em Pernambuco; relacionar a experiência do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa com os conceitos advindos da teoria dos novos movimentos sociais.

Para dar conta desses objetivos, responder à pergunta formulada na problemática da pesquisa, e testar a hipótese levantada, assumimos como opção metodológica uma dimensão da metodologia qualitativa das ciências sociais através da técnica de “Reconstrução de Processos Sociais”, esta última ainda pouco consolidada entre as metodologias qualitativas nas ciências sociais, mas de profunda contribuição na presente monografia.

Para tal nos referimos argumentos, métodos e técnicas desenvolvidos por Ângela Alonso (2016) e demais pesquisadores vinculados a diversas universidades paulistas, e com elaborações publicadas através do CEBRAP/ SESC (2016), que assim justificam as metodologias qualitativas:

Os que preferem as metodologias qualitativas apontam a dificuldade de isolar os fenômenos sociais para analisá-los, à maneira dos cientistas naturais com seus experimentos em laboratório. O “objeto” da investigação das ciências sociais são pessoas, capazes de alterar a sua conduta na presença do observador – seja para negacear informação, seja para arrumá-la da maneira que, julgam, irá satisfazê-lo. Ao contrário das ciências naturais, que estudam fenômenos com os quais se estabelece uma relação sujeito-objeto, a relação nas ciências sociais é sujeito-sujeito: o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos): as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos. (ALONSO, 2016 p. 8)

No interior das metodologias qualitativas assumimos a técnica de “Reconstrução de Processos Sociais Longos”, que, segundo a autora citada, se ancora em:

[...] metodologias que buscam desvendar a lógica de um nível subterrâneo da realidade social, que não se vê a olho nu e que não pode, pois, ser objeto de observação, e tampouco costuma ser percebida pelos indivíduos, porque são fenômenos mais largos e mais longos que as suas próprias vidas, embora, em geral, as estructurem. (Idem, p.17).

Especialmente no que diz respeito às técnicas de reconstrução de processos sociais de longo prazo, entre diversos estudos que marcaram as ciências sociais no século XX destacamos o estudo de Norberto Elias “O processo civilizador” (1994), onde o mesmo estuda a mudança de padrão do controle social, mostrando como a modernização de costumes e as mudanças na estrutura da personalidade acompanham processos de concentração e monopolização do poder político. A autora citada na nossa abordagem assim define a referida técnica de pesquisa qualitativa:

As técnicas de reconstrução de processos operam nesse nível invisível da realidade social, na intersecção entre o conjuntural – no qual vivem os atores – e o estrutural. E supõem que o tempo é uma variável tão ou mais importante que o espaço na análise dos fenômenos sociais. A assunção básica é que a sequência na qual os fenômenos sociais acontecem tem impacto sobre os seus resultados e, por isso, reconstruí-la é crucial para a sua compreensão. Entra aqui o postulado da *path dependence* ou ‘dependência da trajetória’, isto é, a ideia de que a ação que vem antes condiciona a que vem depois, no sentido de que limita as possibilidades de mudança de seu curso, e pode, mesmo, lhe dar certa direção, que não se altera por simples vontade dos atores. Como cada evento pode ter desdobramentos longínquos no tempo, o foco está nos processos sociais de longa duração, que levam séculos para se completar. (Idem, p. 17).

Em termos de procedimentos operacionais, para a realização da presente pesquisa, foram realizados seis encontros, durante três meses (entre os meses de fevereiro e maio de 2018), com participantes da Coordenação do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, para a reconstrução do processo social, ou seja, de sua trajetória durante quatro décadas. Cada um desses encontros foi caracterizado por uma metodologia específica, sendo que a partir do terceiro encontro foi construída uma “linha do tempo”, com uma frisa contendo faixas e colunas, para facilitar o desencadeamento da memória, articular com os diversos contextos específicos, registrar as ações, as conquistas, os aliados, os enfrentamentos (confira o modelo em anexo).

Após esse momento de preenchimento da frisa, que chamamos de “descritivo pela memória coletiva”, passamos para um momento mais interpretativo.

1. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1. Apresentação do capítulo

Ao acompanhar a história da humanidade, vemos que movimentos dos mais diversos têm se levantado para lutar por direitos, contra diversas formas de opressão e exploração, pela afirmação de identidades e culturas. Mobilizações sociais como as revoltas camponesas a partir do século XIV e o movimento operário no século XIX (Europa), a Revolução Praieira e a Revolta dos Marimbondos (Brasil), também no século XIX, são apenas alguns exemplos de como, em vários períodos diferentes, a organização e o senso de justiça e igualdade moveu – e ainda move – pessoas em torno das causas mais distintas.

Do ponto de vista do conhecimento científico a respeito desses movimentos, a preocupação com a ação social coletiva, envolvendo grupos humanos que agem, com algum método, em torno de algumas demandas ou reivindicações, enfrentando opositores ou adversários, intervindo e modificando a realidade social, está presente na sociologia desde os seus primórdios. Desta forma, podemos afirmar que movimentos sociais e sociologias são produtos da história da humanidade.

Apesar dessa trajetória comum, “Movimentos Sociais” como um conceito interpretativo da realidade social, só veio se consolidar na metade do século XX, quase um século após o início da sociologia enquanto ciência. Normalmente os teóricos desta abordagem sociológica costumam distinguir os “antigos” e os “novos” movimentos sociais. Neste sentido, os antigos são considerados os movimentos camponeses, movimentos indígenas e o movimento operário com suas derivações em torno do movimento sindical. Enquanto os novos seriam as diversas expressões que explodiram na realidade social na metade do século XX, tendo como referência fundadora o maio de 1968, em que explodiram diversas manifestações em pelo menos 40 países do mundo (KOWARICK, 2001), como as feministas, juvenis, estudantis, étnico-raciais, ambientalistas, culturais e pacifistas.

Esta distinção entre antigos e novos nos parece bastante polêmica, uma vez que, por exemplo, embora o movimento feminista enquanto tal tenha se consolidado realmente a partir de 1968, já no século XIX e início do século XX, profundas mobilizações de mulheres pelo direito ao voto, se expressaram em vários países do mundo. Para os objetivos da presente monografia, consideramos a distinção apenas como um “tipo ideal”, que nos ajuda didaticamente a organizar os debates aqui tratados.

O presente capítulo compreende esta rápida apresentação e mais duas sessões, a primeira mais rápida, destinada a expressar a presença dos movimentos sociais nas teorias sociológicas clássicas, marcadamente nas elaborações de Karl Marx, que dedicou grande parte de suas preocupações investigativas para a explicação da ação do movimento operário e de sua luta como fonte transformadora da história. A segunda sessão trata dos movimentos sociais como conceito interpretativo que se consolidou na sociologia contemporânea, na qual alguns estudiosos chegam a afirmar que, estes ocupariam o lugar histórico anteriormente dedicado à classe operária, “motor e parteira da história” (KOWARICK, 2001). O capítulo se detém com maior cuidado a esta sessão devido à importância e diversidade dos estudos que se consagraram a partir daí.

1.2. Os Movimentos sociais nas teorias sociológicas clássicas

Como vimos acima, a história da humanidade é marcada pelas mais diversas formas de mobilização social, tanto no “velho”, quanto no “novo” mundo. Entender as razões em torno de que as pessoas e grupos se juntam ou se separam, se unem ou se opõem, se movem para manter a situação social como está ou para transformá-la, passou a ser também uma preocupação da ciência social. Portanto a preocupação com as mobilizações e lutas sociais está presente na sociologia desde os seus primeiros fundadores, entre estes, destacamos a seguir as formulações de Karl Marx.

Diante desta realidade humana “movimentalista”, Karl Marx se dedicou fundamentalmente aos estudos da ação da classe operária, segundo ele esta é a classe revolucionária, pois, ao emancipar-se, ela emancipará, universalmente, todos os seres humanos, oprimidos e opressores (MARX; ENGELS, 1984, p. 25). Mas para tal emancipação, Marx considera o processo de evolução da luta operária, em “O Manifesto do Partido Comunista”:

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. Em princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média. (MARX; ENGELS, 2013: 38).

Para que ela realize sua “missão” emancipatória, Marx reconhece o extraordinário papel da associação, da organização, da luta. Ele lembra que é através das Coligações de Trabalhadores que ocorrem as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem entre si e que essas organizações “não cessam de progredir e de crescer” (MARX, 1984, p. 214). Tal crescimento, capacidade de atração e envolvimento dos trabalhadores em seu modelo organizativo causa espanto aos economistas: “Ver os trabalhadores sacrificarem uma boa parte do seu salário em favor de associações” (Idem, p. 217). E Marx lembra ainda:

Na Inglaterra não se restringem a Coligações parciais que não tivesse outro objetivo senão a greve passageira, e que desaparecessem com a mesma. Formam-se Coligações permanentes, as ‘Trade Unions’, que servem de anteparos aos trabalhadores nas suas lutas contra os empresários. E no presente momento, todas essas ‘Trade Unions’ locais encontram um ponto de união na ‘National Association of United Trades’, cujo comitê central se situa em Londres e já conta com 80.000 membros. (Idem, p. 217).

A esta capacidade de crescimento constante em seu nível participativo e organizativo em associações, Marx atribui um caráter político, embora com desafios a serem superados por sua própria experiência: “Assim essa massa já é uma classe frente ao capital, mais ainda não para si mesma” (Idem, p. 218). Portanto, ela já é uma classe em si, contra o capital, mas é na luta, no avanço de seu nível organizativo que ela deverá ir se tornando classe para si mesma. Neste processo, a classe trabalhadora, no curso de seu desenvolvimento, substituirá a antiga sociedade civil por “uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo” (Idem, p. 219). A experiência de “Coligações de Trabalhadores” é a expressão organizativa das lutas dos trabalhadores europeus a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX. Marx chama de “Trade Union”, quando essas Coligações se tornam permanentes, no estilo de sindicatos, e a sua organização nacional, no caso da Inglaterra, é conhecida como “National Association of United Trades” – Associação Nacional dos Sindicatos Unidos – uma organização sindical fundada em 1845.

As elaborações de Marx pareciam se confirmarem através do crescimento das lutas, das greves, dos protestos operários. Até a conhecida Comuna de Paris, a primeira experiência de revolução proletária, justamente por se tratar de uma experiência em que considera como possibilidade concreta de superação da sociedade baseada na exploração, que Marx enfatiza os elementos emancipadores e solidários da experiência proletária. Embora reconheça que a Comuna de Paris não foi conduzida exclusivamente pelos proletários, pois havia “uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores” (MARX; ENGELS, 1980, p. 48), Marx reconhece aí o espírito democrático e humanitário da Comuna:

Ao alvorecer de 18 de março de 1871, Paris foi despertada com o clamor de ‘viva a Comuna!’ [...] A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal dos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. [...] Todos que desempenhavam cargos públicos deveriam receber salários de operários. [...] Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da Igreja e do Estado. (Idem, p. 80 – 81).

Mas a experiência da Comuna teve vida curta, antes de se evidenciarem os seus efeitos igualitários e solidários, foi destruída pela organização e ataque dos setores conservadores, rearticulados a partir de Versailles.

Tal derrota foi extremamente sofrida para a classe operária, pois no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado no ano seguinte em Haia, quando da avaliação de tal derrota, é marcada a primeira grande cisão no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, em consequência, de tal cisão, foram liquidadas da Associação as suas tendências “bakuninistas”, ou seja, foram expulsos os grupos não marxistas ou não alinhadas às posições de Marx e Engels.

1.3. Os Movimentos Sociais nas Teorias Sociológicas Contemporâneas

Maio de 1968 foi um ponto de virada na história dos movimentos sociais. Manifestações de estudantes e trabalhadores, motivadas por causas como o fortalecimento da democracia, defesa de liberdades individuais e coletivas, e denúncias contra guerras (THIOLLENT, 1998) levaram milhares de pessoas às ruas de Paris naquele ano. É a partir daí que os chamados Novos Movimentos Sociais se afirmam no cenário de lutas amplamente sociais e políticas, abrangendo interesses coletivos e direitos difusos, além de questões comportamentais e de gênero, inaugurando uma era de ressignificação dos antigos movimentos.

Essa ideia de ressignificação traz consigo uma mudança no conceito de movimentos sociais, tendo em vista que os “velhos” movimentos têm uma carga classista, operária, camponesa ou indígena, a maioria destes com forte atuação principalmente no século XIX.

Os novos movimentos sociais evocam novos estilos, práticas, reivindicações, além de novos atores, para além da ordem classista (como os camponeses, os operários). Esse conjunto de novas características traça o perfil dos novos movimentos sociais, sempre em clara contraposição aos sistemas econômicos e políticos vigentes.

Mas não só Paris, não só maio, não só 1968, mas na segunda metade do século XX, sobretudo a partir de 1968, é verdade, importantes mobilizações sociais

explodem em várias partes do mundo, este é um ano emblemático para afirmação dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, porque, ao mesmo tempo explodiram diversas manifestações duradouras em pelo menos 40 países, e as décadas seguintes foram marcadas pela emergência de importantes movimentos sociais, que tiveram influência significativa na elaboração da agenda social e política de então e nos anos seguintes, mas também nos valores e comportamentos das pessoas, grupos, sociedades.

Frente a essa expressiva mobilização social, que marcou as sociedades do mundo inteiro, também as elaborações sociológicas se multiplicaram e se propagaram, ampliando-se imensamente o leque de interpretações de tal fenômeno.

No que tange à vida em sociedade, Manuel Castells (2013) aponta para um conflito entre poder e contrapoder, sendo o poder a capacidade de controlar a sociedade por meio de instituições, as quais são construídas para servir aos valores e interesses daqueles que o detêm. Enquanto que o contrapoder é a capacidade dos atores sociais desafiarem o sistema instituído, a fim de reivindicar representação no que tange aos seus valores e direitos. Portanto, sempre haverá esse conflito, e ele regerá a verdadeira configuração de um Estado e das instituições inerentes à regulação da vida das pessoas.

Inevitavelmente, sempre haverá espaço para as reivindicações dos movimentos sociais, advindas dessa relação de poder. Problemas como a desigualdade social; exploração econômica; repressão e opressão do Estado por meio das instituições estabelecidas; racismo e censura serão sempre alvo de críticas e ações orquestradas pelos movimentos sociais.

Castells (2013) aponta para as emoções ao tratar sobre o fenômeno da aglutinação social. Ele diz que, no plano individual, os movimentos sociais são emocionais; que não trazem, a princípio, estratégias políticas organizadas, pois elas surgem depois, ao aparecer uma liderança, de dentro ou de fora do movimento. No entanto, segundo o autor, o estopim de um movimento social estaria no momento em que a emoção se transforma em ação. Este sociólogo traz a teoria da inteligência afetiva para explicar a mobilização e o comportamento político, ao afirmar que, segundo essa teoria, o medo (afeto negativo) e o entusiasmo (afeto positivo) seriam as emoções mais relevantes para esse processo. Os afetos positivos e negativos estão ligados aos dois sistemas de motivação humana: aproximação e evitação; enquanto a evitação estaria conectada à ansiedade, que é uma reação a uma ameaça externa, que gera o medo e leva a uma ação paralisante, a aproximação correspondente aos objetivos, trazendo o entusiasmo por meio da mobilização em volta de um objetivo apreciado pelos indivíduos. (CASTELLS, 2013, p. 18).

Nesse sentido, o próprio Castells questiona acerca de quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer. A resposta estaria, mais uma vez, nas emoções. Ele afirma que a superação da ansiedade no comportamento sociopolítico advém da raiva, que também é uma emoção negativa, ampliada pela compreensão de uma ação injusta e a identificação do responsável por ela. A partir daí, o indivíduo, movido pela raiva, assume riscos antes impensáveis, supera o medo, e então é tomado por emoções positivas, na medida em que a ação é ativada pelo entusiasmo e a esperança renuncia as recompensas por tomar uma ação arriscada (CASTELLS, 2013, p. 19).

Este autor, após extensa obra produzida nos anos 70 e 80, valorizando as novas expressões das lutas sociais, principalmente as contradições urbanas, como novas dimensões das lutas de classes, chega ao final do século enfocando novas

abordagens. Ele caracteriza a atual sociedade capitalista atual como global e informacional. Tal análise tem consequências para a percepção da ação social, ou para as ações coletivas e movimentos sociais.

A tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modulam toda a esfera de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica (CASTELLS, 1999, p. 35).

Nesse contexto, o autor confere uma importância muito limitada à ação dos movimentos sociais e da política, não reconhecendo neles qualquer contribuição significativa frente aos outros processos de transformação:

Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e liderança personalizada e, cada vez mais, isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmero, encolhido em seu mundo interior ou brilhando por apenas um instante em um símbolo de mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais [...] No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. (Idem, p. 22 –23).

Já para o sociólogo francês Alain Touraine, os Novos Movimentos Sociais são agentes coletivos que podem desempenhar o papel central, anteriormente destinado ao Movimento Operário (TOURAINÉ, 1981, apud AMMANN, p. 16), de tal forma que, contestando as estruturas do capitalismo, os Novos Movimentos Sociais criariam condições para a sua superação e conseqüente transição para o socialismo. Com isso, o lugar de “motor e parteira da história” passaria da classe operária aos movimentos sociais (KOWARICK, 2001).

Touraine (1978) constrói seu modelo teórico em torno da articulação de três princípios combinados: o princípio da identidade, o princípio da oposição, o princípio da totalidade. No primeiro, ele aponta como o movimento constrói um nós, a autoconsciência ou identidade própria; no segundo, em que o movimento identifica com clareza contra quem vai lutar, ou seja, não basta saber em defesa de quem lutar definido no princípio da identidade, mas quem será seu opositor ou seus opositores; no terceiro, o movimento assume a consciência dos riscos e condicionantes do combate a ser travado, ou seja, o princípio da totalidade localiza o terreno histórico em que se realiza o combate, gera a sua historicidade, neste campo, observando-se que historicidade e classe social não podem ser concebidas em separado. Para ele:

A classe dirigente se identifica com a historicidade, assume-a, dirige em particular o investimento, mas ela se torna dominante pelo movimento inverso que a leva a transformar em ordem e em mecanismo de defesa desta. A classe popular é dominada, passa então a sofrer não apenas a direção, mas, sobretudo, a dominação do seu adversário, mas é também contestadora pelo fato de se opor a esta ordem em nome da própria historicidade como também para sua própria libertação. (TOURAINÉ, 1978, p. 233).

A abordagem inicial de Touraine relaciona estreitamente movimentos sociais e classes sociais. O próprio movimento consiste numa ação conflituosa, conduzida por um ator de classe, que se opõe a um adversário de classe em vista do controle do sistema. O conflito adquire assim uma dimensão fundamental: é o conflito que organiza o próprio ator e evidencia o adversário.

Contudo, em “A intervenção sociológica”, Touraine (1982) inicia um processo de revisão de seu modelo teórico e metodológico, assumindo posições bastantes contundentes em relação ao sindicalismo:

Se o sindicalismo hoje não é mais que um organismo de negociação e de guerra, já não é em absoluto um movimento social e não me serve de nada... Já não cria nenhum conhecimento quando se julga estar comprometido e se adota a lógica do ator. Não tenho nada a ver com esse tipo de atuação [...] porque o nosso método não consiste em um diálogo, sim na busca do sentido possível de uma ação (TOURAINÉ, 1982, p.48).

Este autor passa a assumir uma postura bastante crítica com respeito à relação dos movimentos sociais, especialmente do sindicalismo com o Estado, “[...] é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil que conseguimos aos poucos estender no Ocidente no decorrer dos séculos não será novamente invadida pela floresta estatal” (TOURAINÉ, 1982, p.45). Daí passa a formular críticas, também à democracia revolucionária, de forma semelhante à sua histórica denúncia da democracia liberal:

Enquanto a primeira impõe uma vontade política a uma ordem social, a segunda reduz o mais possível as intervenções do poder político e favorece a regulação da organização social pela negociação direta e pelo mercado, contentando-se em controlar o cumprimento dos contratos estipulados, a lisura nas transações, a exatidão das informações que devem dispor os atores sociais e econômicos para fazer escolhas racionais negociáveis. Do mesmo modo que a concepção revolucionária subordinou o social ao político, a concepção liberal subordinou este último ao econômico. [...] Enquanto os revolucionários definem a democracia pelo triunfo de uma vontade política, os liberais a concebem pela liberdade dos atores sociais e, em particular, mas não exclusivamente, econômicos (TOURAINÉ, 1998, p. 25 - 27).

O fundamental para Touraine é demonstrar que as duas concepções de democracia, dominantes no século passado – a liberal e a revolucionária –, têm uma posição em comum. Ambas subordinam a vida social a uma ordem que lhe é externa. Tais concepções não se opõem. Pelo contrário, se vinculam em torno de uma visão evolucionista da modernidade; ambas se fundam numa esperança histórica finalista, num caso, pelo triunfo da ciência e da técnica e, no outro, pelo da ação política racional.

Considerando as duas concepções como inibidoras, senão eliminadoras, da política como ação criativa, o autor propõe avançar em torno de uma nova abordagem, que reconhece a resistência do sujeito pessoal. “[...] ao seu desejo de ser ator, o ator de sua própria existência, contra uma lógica cívica ou histórica que lhe aparece cada vez mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade”. (TOURAINÉ, 1998. p. 38). Portanto, uma nova concepção democrática deve “[...] proteger as liberdades e segurança pessoais e, acima de tudo, o direito de cada um conservar ou adquirir o controle sobre a própria existência.” (Idem, p. 48). É essa concepção que Touraine denomina de democracia social e cultural. Para ele, sua realização depende dos papéis decisivos dos movimentos sociais, dos trabalhadores, das minorias étnicas e raciais, dos grupos socialmente e culturalmente marginalizados, das mulheres, das crianças. Sua concepção afirma a identidade dos sujeitos, mas reconhece a legitimidade das demandas e argumentos dos adversários. Entende que as diversidades identitárias não buscam uma unidade meta-social e que qualquer aproximação, distanciamento ou conflito, devem ser pautados de forma transparente e pública (Idem, p. 37 - 40). Mais do que uma visão de esperança no futuro, do fim da história, a concepção democrática social e cultural se funda na defesa e ampliação dos direitos, em situações sociais concretas.

Por seu lado, S.B. Ammann (1991), afirma o seguinte:

Todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras (AMMANN, 1991, p. 17).

Sendo assim, todo Movimento Social inscreve-se em uma problemática relacional de poder, e, como tal, é preciso compreendê-lo como uma relação de força, de confronto, de disputa e conflito entre lutas de classes, dominantes e dominados, de relação capital/trabalho, com todas as complexidades e implicações que envolvem estas categorias hoje (REFFESTIN, 1993; CASTRO, 2005, apud CABRAL; SÁ, 2009, p. 205).

Contudo, de acordo com Ammann, nem sempre as lutas dos movimentos sociais são inscritas na luta de classes, tendo em vista que “o sistema capitalista engendra outras formas de dominação e exploração, entre as quais figura a dominação com base em etnias, em sexo, em valores éticos, etc.”. E continua: “assim, malgrado encontrem-se regidos pela mesma lógica de exploração do capital, os movimentos dessas áreas derivam de contradições específicas e contradições de articulações das relações de produção que não podem ser reduzidas a relações de classe” (AMMANN, 1991, p. 20).

Já Alberto Melucci (2001) agrega a dimensão psicossocial a análise dos movimentos sociais. O modelo analítico proposto por Melucci é inovador para se entender a sociologia contemporânea. Ele alerta que este modelo refere-se às sociedades complexas, mas entendemos que também é útil para se discutir os movimentos de países como os da América Latina, sociedades com espetaculares níveis de desigualdades, em que os conflitos se expressam a partir da precariedade das condições de vida e trabalho; onde se mesclam novas formas de conflitos de caráter cultural, político e simbólico, e onde movimentos relevantes ainda privilegiam a reivindicação por terra, moradia, saúde, direitos humanos, entre outros. O diálogo entre a teoria dos movimentos sociais e as redes sociais é um caminho promissor para explicar as mobilizações e a diversidade de suas expressões.

As formulações de Melucci nos parecem uma contribuição universal para a teoria sociológica. Para ele,

O mesmo conceito de ‘movimento’ nascido para indicar atores históricos que interferem sobre aspectos político-estatais, revela-se inadequado para descrever a realidade dos fenômenos coletivos organizados em redes e difusos. Os ‘movimentos’ contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais (MELUCCI, 2001, p. 23).

Nesta linha interpretativa, o autor expressa a particularidade das atuais formas de organização e mobilização, sublinhando a descontinuidade analítica dos fenômenos contemporâneos, com relação aos movimentos do passado, particularmente ao movimento operário. Para ele, a invenção das redes a partir do cotidiano é a realização mais visível desta descontinuidade, uma vez que:

O movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circular por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (Idem, p. 95).

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Trata-

se de uma transformação profunda no modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes de conflito em sociedades de alta complexidade [...] A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica da vida cotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana [...] As formas de mobilização externas refletem as características de solidariedade interna que podem se expressar assim: a agregação é pontual, isto é, surge em torno de um objetivo determinado; a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis; a agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre objetivos coletivos e necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos membros; enfim, a agregação deve garantir espaços de controle imediato, verificáveis na experiência dos membros (Idem, p. 97 – 98).

Estas novas formas de mobilização e organização que valorizam, sem formular hierarquias ou níveis de importância, o individual e o coletivo, o político-mobilizador e o afetivo, a solidariedade e a individualidade, trazem em si, segundo o próprio Melucci, suas forças e suas fraquezas. Entre os méritos das redes, Melucci destaca a mobilização de solidariedades primárias, difíceis de serem articuladas em estruturas organizativas complexas; também a de flexibilidade e imediatidade que em organizações mais estruturadas seriam impraticáveis; a possibilidade de expressar questões conflituais e necessidades de participação do cotidiano que não se revelam em outros modelos organizativos hierarquizados. Quanto às fraquezas, ele destaca: os riscos permanentes de fragmentação; dificuldades em montar objetivos gerais e de longo prazo; dificuldades em envolver-se em problemas de política no sentido próprio.

Entre os autores nacionais, Remo Mutzenberg (1999, apud CABRAL & SÁ, 2009) lembra que:

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplos podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI. Na história do Brasil, encontramos vários deles, de diferentes características e dimensões, como movimentos emancipacionistas, messiânicos, culturais, políticos... Os dos anos 70 e 80 têm seus predecessores nos movimentos de bairro, de camponeses e operários das décadas anteriores. Ao se falar dos movimentos das últimas duas décadas, os autores procuram distingui-los dos anteriores, denominando-os de novos movimentos sociais (MUTZENBERG, 1999, p. 139 apud CABRAL & SÁ, 2009, p. 204).

Mas certamente, entre os autores nacionais, Maria da Glória Gohn, se destaca como uma das estudiosas que mais pesquisou e publicou sobre o tema. Para ela, o movimento social expressa a consciência possível da classe que representa, tendo em vista se expressar por meio de um conjunto de práticas sociais incitadas pelo conflito, pela contradição e pelo antagonismo (GOHN, 1985, apud CABRAL; SÁ, p. 204).

Para Maria da Glória Gohn, em relação às definições clássicas sobre os movimentos sociais, diz:

[...] possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas

necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos (GOHN, 2011, p. 336).

Gohn segue a linha interpretativa dos novos movimentos sociais proposta pelos autores contemporâneos, e recuperando a ênfase dada a tais movimentos como o coração, o pulsar da sociedade. Embora reconheça que há também movimentos sociais conservadores, fundamentalistas, reprodutores de xenofobias, esta autora prioriza o seu caráter inovador e (re)criador de novas práticas sociais e novas formas de viver em sociedade, os movimentos progressistas com agendas emancipadoras. Para ela:

Os novos movimentos sociais têm fluxos e refluxos na realidade, eles constituem um campo de ação coletiva, parte do objeto de estudo da própria sociologia. Existe uma sociologia dos movimentos sociais que não pode ser separada ou ignorada enquanto objeto de investigação. O repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos (GOHN, 2005, p. 08).

Para Gohn, os movimentos, na realidade brasileira, se manifestaram primeiro em torno de reivindicações de bens e equipamentos públicos de uso coletivos, sendo estas marcas principais dos movimentos sociais urbanos. Com o tempo, passaram a assumir novos campos temáticos, que geraram novas identidades aos próprios movimentos, como aqueles de gênero, meio ambiente, livre orientação sexual, questões étnico-raciais, cultura, direitos humanos, ética na política. Desde a última década do século passado, percebe-se a expansão de muitos movimentos: alguns se institucionalizando na forma jurídica de Organizações Não Governamentais (ONG's); outros entrando em crise e desaparecendo. Novos estilos de organização e mobilização surgiram; as bandeiras de luta e as estratégias de ação também se diversificaram, a negociação com os poderes públicos (não só o poder executivo) passou a fazer parte do cotidiano e a concepção de pluralismo exigiu um novo tipo de relacionamento com o Estado. Ou seja, constatam-se profundas transformações também na vida dos movimentos sociais neste novo século. (GOHN, 2005, p. 13 -14).

Gohn indica quatro destaques que caracterizam os novos movimentos sociais no século XXI:

- 1) As lutas em defesa das culturas locais contra os efeitos devastadores da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano e não para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente [...].
- 2) Ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/ governamental, eles orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, [...] como os impostos arrecadados da população estariam sendo mal gerenciados, etc.
- 3) Os movimentos têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo partidos políticos, sindicatos, igrejas. Assim, aspectos da subjetividade das pessoas, relativas a sexo, crenças, valores, etc. têm encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é alto na maioria dos movimentos sociais [...].
- 4) Os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Atualmente, ter autonomia

não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter crítica, mas também proposta de resolução para os conflitos que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios do localismo, ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi interrompida. Finalmente, ter autonomia, é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates [...] (GOHN, 2003: 16 – 17).

Seguindo sua linha interpretativa dos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn passa a analisar a organização das redes sociais como estratégias de avanço dos movimentos sociais de caráter progressistas, para quem,

[...] atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral (GOHN, 2005, p. 15).

Seguindo esta linha interpretativa de Gohn, podemos inferir que o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa relaciona-se com uma questão central do mundo contemporâneo, que é a questão ambiental. Neste sentido, a defesa da mata constrói um link com a temática universal além de envolver uma diversidade de atores de diferentes espectros sociais e grupos políticos. Isso se mostra na prática, quando grupos de intelectuais, movimentos organizados de defesa do Meio Ambiente e até mesmo setores do Poder Público, como o Ministério Público de Pernambuco, entre outros, se unem às comunidades do entorno da Mata do Engenho Uchôa. Esse apoio confere ainda mais força a um movimento que surgia de demandas locais, que, contudo, têm reverberações abrangentes.

Essa é, portanto, a tônica dos movimentos sociais em Pernambuco. Pois, ainda que específicos, os pleitos também têm capacidade de influenciar a coletividade, causando uma série de mudanças.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERNAMBUCO

A decisão de criar um Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa (objeto do presente trabalho), não nasce espontaneamente da “mente iluminada” de pessoas que vivem no entorno da mata, mas deve ser entendido como parte de uma história de lutas sociais que marcam a vida de Pernambuco. O codinome de “noiva das revoluções” dado ao Recife reflete essa trajetória. Daí a necessidade de recuperar essa trajetória e situar o referido movimento como parte dessa luta, para, em seguida, destacar os elementos de continuidade e possíveis inovações.

2.1. Movimentos sociais no período colonial e no Império

Ao longo dos séculos, Pernambuco se tornou uma terra efervescente de revoltas, rebeliões, protestos, manifestações públicas, saques, algumas se transformando em movimentos sociais e políticos. Toda a contradição da vida na colônia, sob a dominação dos portugueses gerou sentimentos de luta por parte dos setores marginalizados e oprimidos da sociedade da época, especialmente de indígenas, negros escravizados, alforriados ou fugidos, campesinos.

2.1.1. Povos indígenas

Já nas primeiras décadas do Brasil-colônia, grupos indígenas se uniram para combater os colonizadores, criando resistências, revoltas, inclusive guerras e confederações. Em Pernambuco e no Nordeste (os povos indígenas não reconheciam as fronteiras provinciais), houve a Confederação dos Cariris, que uniu vários povos das então províncias Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Esta confederação representou a resistência desses povos indígenas às sesmarias, grandes porções de terra, doadas a pessoas próximas ao rei de Portugal. Essas propriedades estavam cada vez mais se expandindo, tomando terras desses povos e causando todo tipo de conflito (FIGUEIREDO FILHO, 2010).

A resposta do governo, com a vinda dos bandeirantes como proteção às propriedades e repressão aos confederados, ampliou os conflitos, mas contou ainda com muita resistência. A Confederação dos Cariris durou de 1683 a 1713, quando, após o fracasso de uma investida dos bandeirantes, um dos comandantes de regimento, João de Barros Braga, liderou um ataque do Vale do Jaguaribe, no Ceará até o Piauí, causando um genocídio dos povos confederados, até mesmo exterminando algumas das etnias confederadas. Esse triste episódio é uma das grandes manchas do período colonial.

2.1.2. Movimentos de negros escravizados e quilombados

Outra linha de resistência na época do Brasil colônia foram os quilombos. Negros africanos escravizados, utilizados como mão-de-obra no sistema de monocultura de cana-de-açúcar, tinham como uma das ferramentas de rebelião, a fuga em grupos para locais afastados, geralmente lugares altos, estratégicos. A fuga da opressão, dos abusos mais diversos, da situação subumana vivida por eles, era a ferramenta mais efetiva.

Clóvis Moura (1988), grande estudioso do movimento quilombola no Brasil, afirma o seguinte:

[...] a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que resistia à escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. (...) Muitas vezes surpreendia pela capacidade de organização, pela resistência que oferecia; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa (MOURA, 1988, p. 87).

O Quilombo dos Palmares certamente é o mais lembrado quando se fala desse tipo de resistência. Ele era compreendido na região da Serra da Barriga, localizado na capitania de Pernambuco, hoje situada no estado de Alagoas. A região foi escolhida estrategicamente por possuir áreas de mata densa, dificultando a penetração nela, caso houvesse investida de capitães do mato ou das forças militares da colônia; além de prover terras férteis, caça e água acessíveis.

Fugas para o local começaram a acontecer por volta de 1597, quando surgem os primeiros registros, embora a Historiografia reconheça oficialmente o ano de 1604 como inaugural no processo de construção de Palmares, com 40 escravos fugidos. Desde então, o quilombo aumentou em muito sua população, chegando a contar com 50 mil pessoas, incluindo diversos segmentos oprimidos e marginalizados da sociedade colonial, como camponeses e brancos pobres, mulatos e mestiços oprimidos, indígenas perseguidos, etc.

Palmares prosperava mais a cada dia, tanto que representava, assim, uma ameaça ao governo e aos senhores de engenho, por ser um exemplo bem-sucedido para os escravos, tornando-os subversivos e os estimulando a fugir das fazendas. Por isso foram organizadas várias expedições durante os 100 anos de existência do quilombo até sua total destruição.

Liderados por Zumbi, cuja liderança começou após a saída de Ganga Zumba, os quilombolas resistiram a vários confrontos violentos com tropas militares. Até que Domingos Jorge Velho, bandeirante com larga experiência em batalhas contra indígenas, foi contratado pelas elites locais e, juntando um grande exército de homens de todas as províncias do Nordeste, conseguiu destruir Palmares e todos os seus mocambos em 1692.

O Quilombo dos Palmares apresenta-se como a grande referência no que diz respeito ao movimento de negros escravizados e aquilombados no Brasil. Contudo, outras centenas de quilombos foram formados em todo território nacional, tendo destaque na História pernambucana, com diversos deles existindo até hoje.

2.1.3. Lutas urbanas e políticas: revoluções libertárias

Seguindo a tônica da resistência em territórios pernambucanos, surgia a Revolução Pernambucana de 1817. Por ter suas ideias iniciais concebidas dentro do Seminário de Olinda, o movimento também ficou conhecido como Revolução dos Padres.

Apesar de ter surgido dentro do seminário, o movimento também contava com membros de camadas populares e militares. Todos eles motivados pelos abusos na cobrança de impostos feita pela metrópole e pelo governo central, além de sofrerem impedimentos comerciais e produtivos.

Os insurgentes lograram sucesso na empreitada e tomaram o poder da província, instituindo um Poder Provisório Revolucionário. Logo foi convocada uma

assembleia constituinte, onde, entre outras providências, foi regulamentada a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; além disso, a liberdade de imprensa foi estabelecida, algo inédito no Brasil. Devido à euforia revolucionária e emancipacionista da população recifense envolvida no movimento, Recife ganhou o apelido de “A Noiva da Revolução” (Oliveira, 2007).

O governo revolucionário, na tentativa de alcançar aliados internos e legitimidade externa, enviou emissários a províncias vizinhas e ao exterior (Estados Unidos, Inglaterra e Argentina).

No entanto, a repressão do governo central ao movimento foi violenta e intensa. Além da óbvia utilização de tropas armadas, boatos de que a província recém-independente pretendia abolir a escravidão foram espalhados, assustando senhores de engenho, potenciais aliados do movimento.

Em poucos dias, cerca de oito mil soldados estavam cercado a província, avançando contra os revolucionários, que foram vencidos na Batalha do Ipojuca, forçados a retroceder à capital. Em Recife, já praticamente indefesos, os insurgentes foram facilmente subjugados. O governo central retomou o poder da província e puniu severamente os responsáveis, aplicando a pena capital à maioria deles, enforcando-os ou os fuzilando; houve até mesmo o caso do Padre João Ribeiro, um dos líderes do movimento, que se suicidou, mas teve o corpo desenterrado, esquartejado e a cabeça exposta em praça pública.

Apesar de violentamente reprimida, a Revolução Pernambucana gerou anseios libertários no povo da terra dos altos coqueiros. Então, em 1824, com a liderança de Frei Caneca, explodiu a Confederação do Equador.

Inspirada nas ideias da revolução francesa (1789), entre suas primeiras medidas, o movimento definiu o novo governo e decretou o fim do tráfico negreiro e o recrutamento militar obrigatório. Algumas lideranças de base popular, como Frei Caneca, Cipriano Barata e Emiliano Munducuru – ainda exigiam reformas mais radicais semelhantes às da Revolução Haitiana, como a criação de um governo controlado pelas camadas populares e o fim da escravidão. Com a defesa de tais bandeiras, criou-se uma cisão interna no movimento, com as elites agrárias afastando-se da Confederação e reaproximando-se do governo imperial. Tal cisão seria importante posteriormente para que as tropas de Dom Pedro I pudessem combater e destruir o novo governo confederado. (AQUINO, 2014).

O Governo Central, imperador Dom Pedro I, consegue obter empréstimo junto à Inglaterra, o que possibilita a contratação de 1.500 mercenários ingleses, formando um forte exército, contratando os serviços do mercenário britânico lorde Cochrane. Assim, envia para o Nordeste uma força com o armamento mais moderno comprado da forte nação bélica da época, a Inglaterra. Do lado dos insurgentes, o armamento era infinitamente inferior. Em setembro de 1824, um bloqueio naval pressionou os confederados. Em terra, as elites dissidentes, compostas fundamentalmente por oligarquias rurais, formaram milícias que auxiliaram no fim da Confederação do Equador.

Nos meses seguintes, apesar da brava ação dos insurgentes que resistiam no interior, as prisões e assassinatos se sucediam, com vários líderes rebeldes sendo fuzilados, enforcados, degredados. Entre as execuções destaca-se a de Joaquim do

Amor Divino Caneca, conhecido como Frei Caneca, frade carmelita, que já havia assumido importante liderança na revolução de 1817, tendo o mesmo sido condenado à morte por enforcamento, nenhum carrasco aceitou tal incumbência, sendo finalmente fuzilado em janeiro de 1825.

Ao se mover na direção do fim da escravidão dos negros africanos, o movimento perdeu importantes aliados, principalmente os grandes latifundiários, que logo voltaram a apoiar o governo central. Essa divisão, e a cruel e violenta ação do governo central pôs fim a uma das mais criativas e entusiasmadas rebeliões libertárias do Brasil no início do período imperial.

Duas décadas depois, nova rebelião volta a entusiasmar o povo pernambucano. Rebelião, Revolta, Insurreição, Revolução... Diversas expressões têm sido utilizadas por historiadores e pesquisadores de outras ciências para definir o movimento social popular e político ocorrido em Pernambuco conhecido como Revolução Praieira. Embora os registros históricos informem o período de 1848 a 1849 como período revolucionário, para nossa análise enquanto movimento social popular, estamos considerando todo o período de preparação até as continuidades. Para tal assumimos como referência analítica todo o processo desde as primeiras mobilizações, estendendo-se até as últimas resistências, que vai de 1842 até 1855. Ou seja, estamos considerando como importância de qualquer movimento ser considerado desde a sua preparação e as primeiras articulações, o chamado “período de latência”, até as mobilizações mais visíveis. Entre 1842 e 1847 registram-se diversos protestos e mobilizações, mas em junho de 1849 é lançado um manifesto aos vereadores indicando a situação de um clima pré-revolucionário (SEGISMUNDO, 1949).

Diversos documentos expressam o caráter nacionalista e popular do movimento, e indicam claramente os opositores contra os quais se rebelam: os comerciantes portugueses e os senhores de terras e de engenhos de Pernambuco. O Manifesto ao Mundo, publicado em janeiro de 1849, indica o caráter popular, mas também republicano e democrático da Revolução Praieira, levantando bandeiras como trabalho para o povo pernambucano - lojas de comércio a varejo e terras para o plantio de produtos alimentícios -, mas também voto livre e universal, liberdade de comunicação e de imprensa, independência dos poderes, extinção do poder moderador, reforma do poder judiciário, garantias dos direitos individuais dos cidadãos (SEGISMUNDO, 1949).

Politicamente a grande maioria dos revolucionários podia ser considerada como antimonarquista, muitos assumindo posições liberais radicais, inclusive forte presença de socialistas. Conforme Amaro Soares Quintas (1967) registra-se a coincidência com a Revolução de 1948 na Europa – Primavera dos Povos; bem como a influência dos socialistas utópicos como Louis Blanc, François-Marie Charles Fourier. Provavelmente o socialista mais conhecido dirigente da Revolução Praieira foi o general José Inácio de Abreu e Lima, que escreveu o estudo “O Socialismo”, uma das primeiras elaborações sobre o tema no país, e que lutou ao lado de Simon Bolívar na luta pela libertação da Venezuela e da Colômbia.

Diversos jornais foram porta vozes das ideias revolucionárias da Praieira: A Voz do Brasil (nacionalista); O Nazareno e O Tribuna (republicanos); A Barca de São Pedro (socialista); O Grito da Pátria, A Reforma (liberais e republicanos); O Sete de Setembro (socialista) (AQUINO, 2014). Com a radicalização tanto dos revoltosos, quanto do governo, em 3 de novembro de 1848, ocorre o primeiro confronto armado,

no município de Paudalho. Seguido da ocupação das Matas do Catucá, localidade de antigo e numeroso Quilombo no passado. O governo federal imperial, dispondo de poderes ditatoriais, decide por uma postura ainda mais repressora, e envia outras forças militares multiplicando-se as armas e munições para Pernambuco.

Em 1851, o governo decretou o fim do conflito, com uma imensa lista de assassinados, presos e deportados. Contudo, em 1852 explode a conhecida Guerra dos Marimbondos, ou Revolta do Ronco da Abelha, a partir de forte rebelião da “plebe insatisfeita, de surpresa, atacava vilas e engenhos, protestando e destruindo documentos públicos [...]” (AQUINO, 2014). Iniciada em Paudalho expandindo-se por diversas cidades e vilas de Pernambuco, e depois da Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará. Repetindo-se propostas e ideários presentes na revolução Praieira, demonstrando que tais ideias não haviam morrido, e haveriam de importunar o império até seus últimos dias na história do país, o que ocorre 34 anos depois do “Ronco da Abelha”.

2.1.4. Movimentos de camponeses pobres e pequenos comerciantes

Uma das principais revoltas populares do Brasil imperial, realizada entre 1874 e 1875, ficou conhecida como a “*quebra quilos*”, justamente por ser uma rebelião popular contra uma legislação que impunha um sistema métrico e de pesos para regular o comércio de mercadorias, bem como a cobrança de outros impostos. A medida de regularização de medidas, copiando um modelo inglês, já vinha sendo debatida há várias décadas, mas naquele momento tornou-se obrigatória. Esta atitude vem contrariar uma prática já consolidada culturalmente no país. O conteúdo popular da rebelião foi marcado pela participação fundamental dos camponeses e de pequenos comerciantes.

O movimento começou na cidade de Fagundes no agreste paraibano, espalhando-se rapidamente para, Campina Grande e grande parte do Estado da Paraíba e de Pernambuco, nesse Estado a revolta se espalhou por mais de 30 municípios. Um panfleto intitulado “Manifesto da Sedição do Quebra-Quilos” apregoava: “É preciso um dilúvio de sangue para que desapareçam eternamente desta terra os ladrões”. Os cordéis ajudaram a convencer a população com suas rimas. (SOUTO MAIOR, 1978).

Mas o governo central estava disposto a não ceder, pois esta era uma das formas de enfrentar uma grave crise econômica que se apresentava naquela conjuntura. Por isso desencadeou uma intensa campanha contra a rebelião. Os líderes passaram a ser perseguidos no começo de 1875, com o crescimento da revolta. Como o destacamento militar da Paraíba não dava conta de conter o movimento, permitindo que ele se espalhasse para outras províncias, o governo imperial tratou de buscar reforços em outras províncias do norte e nordeste, que inclusive já haviam assumido experiências no sentido de conter rebeliões populares.

As lideranças do movimento foram processadas e, alguns foram obrigados a restabelecer os novos pesos e medidas por eles destruídos nos mercados e feiras, e obrigaram-se a indenizar aos particulares o dano causado nos seus estabelecimentos. Uma dura onda de perseguições e torturas foi imposto aos revoltosos. O ato mais ferrenho da repressão foi a aplicação dos chamados “coletes de couro”. Segundo o historiador Armando Souto Maior, “amarrados, os prisioneiros eram em seguida metidos em grosseiros coletes de couro cru; ao ser molhado, o couro encolhia-se, comprimindo o tórax das vítimas, quase as asfixiando”. O método causou a revolta de

muitos comerciantes, mas também medo – à custa do qual a medida do quilo foi finalmente implantada no Nordeste.

Com este procedimento, o poder imperial não só conseguiu conter a rebelião do quebra quilos, como criou “escola” de tortura contra aqueles segmentos que se rebelassem contra os setores dominantes da sociedade e do Estado.

2.2. Movimentos sociais em Pernambuco no século XX até 1964

2.2.1. Movimento operário e sindical

O movimento operário, desde sua gênese no Brasil, foi de forte atuação em Pernambuco, por conta das indústrias têxteis, instaladas no século XIX na Província. Contudo, a industrialização foi lenta no Estado. Em 1907, apesar de ser uma das principais cidades do país, Recife era o sétimo no ranking de produção industrial.

O operariado pernambucano mostrou sua capacidade de mobilização já em 1903, quando orquestrou a greve dos funcionários da Great Western Railway Company Limited, ocasionando a paralisação dos trens, exigindo melhores salários. Nesta mesma empresa, os operários entraram em greve em 1909, permanecendo com os braços cruzados durante 12 dias. (Aquino 2014, p. 209 e 210).

Em 1917, como em todo o território nacional, registram-se importantes mobilizações operárias e populares também em Pernambuco. Recife é abalada por uma grande revolta popular que agitou a cidade e manteve o comércio fechado por vários dias. 1919 foi um ano significativo para o movimento operário em Pernambuco, iniciando em agosto com a greve dos operários da Tramways & Power Company, por melhores salários e redução da jornada de trabalho (variava de 10 a 14 horas diárias); num processo de radicalização do movimento os operários invadiram as instalações da usina elétrica e do gasômetro do Recife, o que provocou o chamado “episódio da Encruzilhada” (Aquino, 2014), onde os grevistas marcaram um comício público em frente ao quartel daquela localidade, mas a mobilização foi reprimida à bala, seguindo-se do final da greve.

Em 1919 acontece a Greve Geral de Pernambuco, com uma pauta de reivindicações como resolver as péssimas condições de higiene no trabalho, os baixos salários, os horários excessivos, caracterizando-se como um dos principais movimentos paredistas do país naquele período (TORRES FILHO, 2002).

Na década de 1930, com a forte perseguição sofrida pelo movimento operário em todo o país, em Pernambuco a luta institucional ganha importante tática de ação operária, e a influência do Partido Comunista (então PCB). O período da chamada “ditadura Vargas” essa perseguição se agrava. Mas não aniquila o movimento.

Logo nos primeiros anos da abertura, Recife se torna palco de uma das mais vigorosas mobilizações operárias do período, inclusive com incidência política. Na primeira eleição democrática da república, em 1945, o Partido Comunista, profundamente envolvido no movimento operário, elege 15 deputados federais; destes, três foram de Pernambuco (Gregório Bezerra, Agostinho Dias de Oliveira, Alcedo de Moraes Coutinho). Nas eleições para a Assembleia Estadual, o PCB elegeu nove deputados. Já para as eleições da Câmara de Vereadores do Recife, elegeu 11 vereadores comunistas. O que indica a forte capacidade mobilizadora do movimento operário e popular em Pernambuco na época.

Na década de 1950 os operários e comunistas, terão importante participação na realização do Congresso de Salvação do Nordeste (1955), e também na Frente

Popular do Recife, que foi importante para a eleição de Pelópidas da Silveira, primeiro prefeito eleito por fora da tradição das famílias oligárquicas no Estado. Em 1960 teve papel importantíssimo na construção da Confederação Geral do Trabalho (CGT), e em 1962 participa da espetacular eleição de Miguel Arraes de Alencar para governador do Estado, contra as tradicionais forças políticas conservadoras, até então controlando a política estadual.

Esse crescimento do movimento operário e do partido comunista na política assustava a elite política do Estado e do país, que tratou de criar mecanismos para barrar tal crescimento, nas palavras de Gregório Bezerra (2011):

Acredito, sem a menor vaidade, mas cheio de emoção e gratidão, que jamais candidato algum foi tão bem aceito pelas massas em Recife. Desgraçadamente, corria a toque de caixa, na Câmara Federal, um projeto de lei cassando a autonomia de Recife, de São Paulo, de Santos e do Distrito Federal, bem como dos municípios mais importantes, onde o Partido Comunista desfrutava de grande prestígio. Foi um golpe pérfido contra o partido e o nosso povo. Cassaram o direito das populações mais esclarecidas e mais capacitadas politicamente a eleger seus prefeitos. E por uma só razão: sabiam que os candidatos do PCB seriam vitoriosos nessas cidades (e foram realmente majoritários na votação para vereadores em Recife, em São Paulo, Santos, Santo André, Distrito Federal etc.). O governo, a burguesia reacionária e o imperialismo ianque viviam em pânico, como medo do povo e da ação dinâmica do partido (BEZERRA, 2011: p. 388).

Mas o impedimento de tal crescimento só veio a se concretizar com maior determinação com o golpe militar de 1964.

2.2.2. As Ligas Camponesas e o sindicalismo rural

Em 1955 foi criada uma Associação de Produtores Rurais, com o objetivo de ajuda mútua entre os camponeses de Vitória de Santo Antão, que posteriormente, assume o nome de Ligas Camponesas e se transforma num dos movimentos sociais populares mais importantes na metade do século XX no Brasil (conforme acima tratado). A expulsão dos arrendatários do Engenho Galiléia e a espetacular capacidade de reação assumida por aqueles camponeses, o apoio alcançado (entre estes se destacam o advogado e deputado estadual Francisco Julião), as mobilizações realizadas foram responsáveis pela visibilidade das Ligas, e por sua rápida difusão por diversos municípios de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas, desenvolvendo ações cada vez mais espetaculares, aglutinando forças e apoios, pautando a reforma agrária como uma das principais bandeiras das “reformas de base”, assumidas pelo governo João Goulart.

Esta espetacular capacidade mobilizadora, para pautar suas demandas, alcançar apoio social para suas lutas, expor visibilidade ao movimento, também despertou a ira dos latifundiários, senhores de engenhos, usineiros, militares... Quando do golpe civil militar de 1964 e a sucessiva implantação da ditadura, este foi um dos movimentos mais afetados, uma vez que a repressão foi generalizada, com torturas e perseguições às lideranças e participantes das Ligas.

No bojo destas lutas, em 1962 o governo regulariza e legaliza a organização sindical dos trabalhadores rurais, num esforço de viabilização do pacto populista, liderado por João Goulart, que se pautou por acordos que rejeitavam a participação das oligarquias rurais, mas por outro lado manteve a mesma estrutura do sindicalismo urbano, que se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o

corporativismo, o aparelhismo pela relação com o Estado e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência municipal.

Com a legalização do movimento sindical, há uma corrida destas forças sociais e políticas presentes nas lutas camponesas de então, sem questionar a estrutura sindical verticalizada criada, para criação de organizações que controlassem as iniciativas de lutas e organizações. Neste caso, foram rapidamente criadas diversas Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, para em seguida, criar a sua Confederação Nacional (CONTAG), que foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O golpe militar de 1964 e a consequente ditadura militar instalada, destinou sua fúria no primeiro momento aos diversos movimentos sociais de camponeses, com uma feroz perseguição, repressão, assassinatos, exílios contra dirigentes das Ligas Camponesas e Movimentos Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Para que todo o trabalho realizado não se perdesse, e percebendo a incapacidade de permanecer como movimento, considerando a força e a estabilidade de ditadura, diversas Ligas indicaram aos seus filiados a incorporação aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que apesar de também sofrerem profundas perseguições, não foram destruídos pela ditadura.

A resistência através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), foi referência para diversos segmentos que continuaram atuando no meio rural, como os de direitos humanos e das igrejas. Tal realidade permitiu que uma década após a implantação da ditadura já fosse notada a presença de luta dos camponeses.

No final da década de 1970, destacou-se a Greve nos Engenhos iniciado na Zona Canavieira de Pernambuco e espalhando-se pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Em 1978 a ideia inicial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) era paralisar os canavieiros dos municípios de São Lourenço da Mata e de Paudalho devido à capacidade mobilizadora assumida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) daqueles municípios. Contudo, no segundo dia de greve já contabilizavam 19 municípios parados espalhados em toda Zona Canavieira de Pernambuco, no ano seguinte a greve se espalhou pelos outros três estados, significando que a ditadura e a repressão patronal não conseguia mais controlar os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

2.2.3. Movimentos Eclesiais Populares

Após o golpe militar de 1964, um movimento que merece destaque são as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's), formadas pela Igreja Católica e algumas Igrejas Evangélicas, com o intuito possibilitar experiências de vivência da fé nas bases sociais e de fomentar a luta democrática no país, o que motivando o surgimento de outros movimentos populares.

Em Pernambuco estes movimentos contaram com um apoio decisivo de Dom Hélder Câmara. Arcebispo de Olinda e Recife de 1964 a 1985, figura emblemática da luta contra a ditadura militar no Brasil. Durante o tempo em que esteve à frente da arquidiocese, o clérigo criou o Movimento Encontro de Irmãos, o Banco da Providência e a Comissão de Justiça e Paz. Também fortaleceu as CEB's.

Dom Hélder estabeleceu uma clara resistência ao regime militar. Tornou-se líder contra o autoritarismo e pelos direitos humanos. Foi perseguido pelos militares

por sua atuação social e política, sendo acusado de comunismo. Foi chamado de "Arcebispo Vermelho". Foi-lhe negado o acesso aos meios de comunicação social após a decretação do AI-5, sendo proibida, inclusive, qualquer referência a ele. Desconhecido da opinião pública nacional, fez frequentes viagens ao exterior, onde divulgou amplamente suas ideias e denúncias de violações de direitos humanos no Brasil. Foi adepto e promotor do movimento de não-violência ativa (Filho, 2010).

O Movimento Encontro de Irmãos, criado em 1969 tinha como mote principal "pobre evangelizando pobre", mas principalmente estimulava a reflexão dos problemas sociais enfrentados pelos pobres no dia a dia eram discutidos à luz do Evangelho. Grupos de 10 a 20 pessoas se reuniam para discutirem os problemas que enfrentavam. Já na década de 1970, esses grupos se multiplicaram por toda a Região Metropolitana, mas também pelos sítios e cidades do interior, chegando a constituir cerca de 300 grupos registrados numa Coordenação Arquidiocesana.

Os grupos do Movimento Encontro de Irmãos garantiram importantes conquistas, ampliaram o nível de conscientização e participação popular na dinâmica comunitária, e, sobretudo, ampliaram-se profundamente o nível das organizações populares, com a criação de diversas Associações ou Conselhos de Moradores, Clubes de Mães e Oposições Sindicais. As conquistas foram de escolas na comunidade, ruas calçadas, construção de postos de saúde no bairro, de escadarias nos morros, passando pelo abastecimento de água em diversas comunidades.

2.2.4. Movimentos Comunitários de Bairros

Recife, desde os tempos coloniais, era uma cidade repleta de contradições, e seguiu assim ao longo da história, cheia de conflitos entre vários setores da sociedade.

Na década de 1930, "o Recife recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhando em melhorar de vida" (Rezende, 2000, p. 67 apud CABRAL; SÁ, 2009). E este aumento populacional desordenado ocasionou vários problemas, que acabaram não sendo bem administrados pelo governo, e, muitas vezes, tratados como casos de polícia.

Muitos dos migrantes da zona rural acabaram encontrando poucas oportunidades de emprego na cidade e acabaram assumindo papel nas atividades informais — ambulantes, biscateiros, artesões etc.; ou, não os encontrados, recorrem a assaltos, a prostituição, a mendicância, e mais recentemente, ao tráfico de drogas etc. — que passou a significar a única possibilidade de sobrevivência para a maioria desses contingentes; levando também, a sensação de insegurança que gera um quadro social desagradável, que, quando não foram morar nos morros, nas margens dos rios e alagados sem acesso à maior parte dos serviços públicos básicos, constituíram bairros pobres ou favelas (CABRAL; SÁ, 2009, p. 15).

Por conta de desarranjos nesse sentido, muitos movimentos começaram a ser organizados em diversos bairros do Recife. Associações de Moradores, Conselhos de Moradores, Grupos de Jovens, de Mulheres, de Saúde, de educação, Cultura, etc. que lutavam por direitos que precisavam ser conquistados ou garantidos.

De acordo com Maria do Céu César (1985), por volta de 1930 e 1931, havia lutas das populações das regiões alagadas (Afogados, Mustardinha), e das áreas de Morros (Casa Amarela). Segundo esta autora, naquele ano foi registrada a "Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela", uma das primeiras manifestações desses movimentos. Esta entidade, segundo seu estatuto, tinha como objetivo assistir

associados e familiares nos casos de enfermidade e morte, e realizando outras ações sociais e assistenciais.

Estas associações e suas lutas vão se multiplicar e assumir uma dimensão mais de mobilização, reivindicação, lutas, representação, a partir da abertura política e da redemocratização do país de 1945 a 1964, após a ditadura do Estado Novo. Por influência do PCB, em 1947, surgem os "Comitês Populares e Democráticos de Bairro". A partir daí as novas organizações já expressam esse novo caráter, o exemplo emblemático foi a da "Sociedade Mista Largo do Viveiro de Afogados", que afirmava a necessidade de assegurar aos seus associados a posse dos terrenos ocupados pelos referidos associados, batalhar pelos interesses gerais do viveiro grande de Afogados, com assistência aos seus moradores e melhoramentos para a localidade".(Idem).

A partir de 1955, com o governo de Pelópidas da Silveira, primeiro prefeito não ligado às oligarquias pernambucanas, tais associações ganham legitimidade pública, reconhecimento popular nas comunidades. Entre os métodos de ação desenvolvidos destacavam-se as visitas semanais aos vários pontos dos respectivos bairros para debater os problemas locais, os abaixo-assinados, as visitas a órgãos públicos, as assembleias. Enquanto as reivindicações principais diziam respeito à questão da terra, especialmente nas regiões de morros e dos alagados. Além das questões de calçamento, iluminação pública, aterros de alagados, escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios. A questão da precariedade dos transportes coletivos aparecia entre as reivindicações mais comuns das diversas associações.

A partir da mediação e assessoria do Movimento de Cultura Popular (MCP), quando a Prefeitura pôs em prática as "audiências populares" nos bairros, substituindo as audiências realizadas, simultaneamente, na Prefeitura. O MCP teve importante atuação nos bairros populares, várias de suas iniciativas, especialmente as escolas de alfabetização, funcionavam nas sedes de associações, dando também todo tipo de apoio e assessoria a estas entidades.

Com o avanço e a criação permanente de diversas associações, em julho de 1963 foi fundada a Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco – FABEP, que desde o primeiro semestre do ano anterior já estavam sendo travadas discussões visando a sua fundação.

Durante a ditadura, os movimentos sociais urbanos no Recife sofreram com a repressão do governo militar. De acordo com Cabral e Sá (2009):

De 1964 até 1985, a Cidade do Recife era administrada pelos prefeitos da ditadura militar, os chamados Prefeitos Biônicos, por serem nomeados pelo governador que, por sua vez, foi nomeado pelos generais. Sendo que no período de 64 a 78, o projeto é de se modernizar a cidade com execução de grandes obras de construções, consumidoras de cimento, aço e recurso financeiros — viadutos, avenidas etc. —; e expulsão da população de baixa renda das áreas nobres para a periferia onde disputam um pedaço de chão com os expulsos do campo, realizando uma administração de cima para baixo, sem a participação dos movimentos de bairro (CABRAL; SÁ, 2009, p. 219).

Já o período de 79 a 85, os governos (Federal, Estaduais e Municipais) se apoderam de uma nova tática para manter o controle social sem ser a força físico-militar, institui mais um projeto nacional cognominado de Desenvolvimento com Participação, onde demonstra um efetivo compromisso de atendimento às reivindicações, como também abrem espaço à participação das camadas populares (ETAPAS, 1988, 1989, apud CABRAL; SÁ, 2009).

Neste período, a Cidade do Recife será marcada por maior mobilização e resistência dos movimentos sociais contra a política do governo local. Tendo como

consequência a criação de cerca de 80% das entidades de bairros existentes até 1986 (CABRAL, 2004; ETAPAS, 1988, 1989; LEAL, 2003, apud CABRAL; SÁ, 2009).

Com a abertura política, os movimentos sociais urbanos passaram a ser vistos de outra maneira, voltando a receber apoio e espaço do poder público, atuando até como parceiro e interlocutor deste. É criada, em 1980, uma Federação Estadual: a Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de COHAB e Similares — FEMACOHAB, e a Federação Comunitária de Pernambuco — FECOPE, em 1983; com a política de cooptação e atrelamento das entidades de bairro, que tem como objetivo dar apoio às associações criadas pelo Estado. Pela sociedade civil, fundam-se a Assembleia dos Bairros: são criadas a Reunião dos Conselhos e Associações de Moradores do Setor Sul, em 1980; em 1982, a Comissão de Luta do Ibura; a Assembleia dos Bairros, em 1984 entre outras (ETAPAS, 1989); todos nascidos da necessidade de conquistar e garantir condições básicas de vida e requerer espaços de participação, na discussão e decisão das políticas sociais (ARAÚJO et al., 1993, p.25 apud CABRAL; SÁ, 2009).

Em 1982, no Recife, ganha as eleições para prefeito a Frente Popular do Recife, com Jarbas Vasconcelos, que teve o apoio de grande parte do PMDB, setores de esquerdas e lideranças populares. Retomando o processo político interrompido pelo golpe militar, e abrindo espaços para a participação e representação dos movimentos populares na administração municipal (ETAPAS, 1989; LEAL, 2003).

Assim, os movimentos sociais voltam a pautar lutas e articulações e:

— Em setembro de 1987 é realizado o Congresso que, com maciça participação de delegados dos bairros, cria a FEMEB — Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife e elege a sua primeira diretoria.

— Também em 1987 nasce mais uma articulação setorial: o Conselho Popular do Setor Caxangá, formado por 22 entidades, que escolhe como prioridade educação, saúde e saneamento.

— Representantes das organizações populares passam a participar nos fóruns institucionalizados pela Prefeitura como Fórum do PREZEIS, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos Humanos, Comissão Geral do Projeto Recife, etc.

— Em junho de 1988, o MDF — Movimento de Defesa dos Favelados, realiza o 1º Congresso Estadual dos Favelados, onde é aprovado o estatuto do MDF de Pernambuco.

— Em agosto de 1988, o MDF, a FEMEB, a Comissão de Lutas do Ibura, organizam uma caravana para Brasília para protestar contra o corte de verbas para os programas de habitação (ETAPAS, 1989, p.73).

Com os avanços das novas tecnologias, particularmente, a partir dos anos de 1990, alteram-se por um lado os processos produtivos propiciando maior acumulação de capital, por outro lado, a economia informal amplia-se, os sindicatos perdem poder e o desemprego aumenta tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos; o trabalho especializado perde espaço frente ao multiespecializado entre outras transformações (CABRAL, 2004).

Na atualidade, muitos dos denominados novíssimos movimentos — ações civis, ações coletivas etc. —, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social, ou seja, tiveram de alterar sua forma de mobilização e atuação, agindo por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizando-se das novas tecnologias, como por exemplo, a internet, etc. (GOHN, 2007; 2008).

2.2.5. Movimento Negro Unificado

Ao fim da década de 1970, os chamados movimentos negros conhecem um novo perfil de organização, representado pelo Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Silva (1994), esta mudança de perfil se difere de outros movimentos negros em dois pontos específicos, tais sejam: fortalecimento do movimento por meio de uma abordagem ampla sobre os problemas que os negros enfrentam, assim respondendo a um maior número de demandas da comunidade negra; em segundo lugar, estaria uma organização mais bem fundamentada numa causa central, visando à unificação a partir de um programa que trouxesse propostas claras e definidas, atendendo aos interesses gerais e, também, específicos da comunidade negra.

Assim sendo, o MNU ocupa seu lugar na história dos movimentos sociais negros como um dos movimentos mais expressivos. Fortemente influenciado pelos movimentos negros da África e dos Estados Unidos, o MNU conseguiu implementar manifestações culturais, como teatro negro, recitais de poesias, seminários, exposições, palestras, apresentações de dança e músicas afro-brasileiras (SILVA, 1994, p. 55).

A partir de novos acontecimentos, como a morte de Robson Silveira da Luz numa delegacia de Guaianazes e a expulsão de quatro atletas negros do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, a ação dos movimentos negros foi acelerada, levando a uma unificação. Essa movimentação foi crucial para a organização e realização de um Ato Público, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com o apoio de outros Estados e dos negros presidiários da Casa de Detenção de São Paulo (SILVA, 1994, p. 56).

Segundo Silva (1994), a partir daí, o movimento só ganhou mais intensidade e decidiu estruturar-se juridicamente, criando Estatuto, Regimento Interno, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. Sendo os dois últimos documentos cruciais para a criação de diversas entidades negras no país e também para a expansão do MNU para outros Estados – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

A autora afirma que o MNU-Recife baseia-se no seu Programa de Ação estabelecido em seu processo de criação, que tem como missão a desmistificação da democracia racial e o conseqüente o reconhecimento do racismo, o combate à violência policial, a reparação histórica, a introdução de disciplinas de história da África e do negro no Brasil no currículo escolar e o alinhamento do movimento negro brasileiro às pautas raciais internacionais, a intolerância religiosa e a desigualdade.

2.3. Final do século XX e início do século XXI: Pluralidade de lutas e organizações

A partir das lutas de resistência dos camponeses, e das greves dos assalariados rurais desencadeou-se importante processo, conhecido como “novo sindicalismo”, que se desenvolveu na luta pela construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre 1981 e 1983. Em alguns estados, este processo se realizou por dentro da estrutura sindical tradicional, em outros, verificaram-se intensas disputas, criando-se oposições sindicais, que ganharam eleições em importantes sindicatos de trabalhadores rurais e tentaram chapas de oposição em algumas Federações de Trabalhadores Rurais. Neste mesmo período, é organizado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que teve grande importância para trazer um significativo número de mulheres para o envolvimento nas lutas sociais,

mas também provocou impacto na renovação do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Na segunda metade da década de 1980, organiza-se, também na região, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Reconhecido como o mais importante e significativo movimento social brasileiro na segunda metade do século XX, demonstrando uma enorme capacidade mobilizadora na base, mas também realizando atividades espetaculares que chamam a atenção da sociedade envolvente, dos meios de comunicação social e dos governantes locais e nacionais. Inclusive criando pontes de politização de ações historicamente já realizadas pelos camponeses pobres do semiárido nordestino, como os casos de saques, sobretudo em períodos prolongados de estiagem.

Nesta década multiplicam-se outras expressões de movimentos sociais no campo, especialmente no semiárido, entre estes, destacam-se: o Movimento dos Atingidos por Barragens (BAB); As Comunidades Quilombolas e outras expressões sociais e culturais das populações afrodescendentes; diversas organizações juvenis e projetos sociais destinados às juventudes; pequenos Centros de Educação Popular, posteriormente transformados em Organizações Não Governamentais (ONG's).

Nas cidades multiplicaram-se as frentes de lutas e modos de organização dos movimentos sociais. Na Região Metropolitana do Recife, expressam-se diversos movimentos de luta pela moradia, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Nacional da luta pela Moradia (MNLN), a União da Luta pela Moradia, a Federação de Bairros de Pernambuco, além de uma diversidade de grupos comunitários locais que, cotidianamente encaminham reivindicações em torno de questões da comunidade.

Os Movimentos de Mulheres se multiplicaram nos últimos anos, diversificando suas bandeiras de lutas, pautas e reivindicações, como a Articulação de Mulheres Negras, o Grupo de Mulheres de Terreiro, os Grupos de Mulheres jovens, as lésbicas, as trabalhadoras rurais, Mulheres Evangélicas, Católicas pelo direito de Decidir. Em geral, se articulam ao Fórum de Mulheres de Pernambuco.

3. A LUTA EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO UCHÔA

O presente capítulo está relacionado diretamente ao campo, à nossa relação com a Mata do Engenho Uchôa e com o grupo da Coordenação do Movimento em Defesa da Mata, portanto, à nossa pesquisa de campo. Esse campo se relaciona a um projeto de extensão universitária mais amplo, coordenado pelo professor orientador da monografia – Curso de Formação para Educadores e Educadoras Populares da Região Metropolitana do Recife, que conta com a participação de duas militantes do Movimento de Defesa da Mata do Engenho Uchôa.

Ao ter sido definido o método de “Reconstrução de Processos Sociais”, como opção metodológica, conforme apresentado na introdução da monografia, foram realizados seis encontros com a Coordenação do Movimento para tal Reconstrução. De cada encontro participaram de seis a dez pessoas, sendo que cinco destas participaram de todos os encontros. No primeiro encontro foram apresentados os objetivos da presente pesquisa, e levantado do grupo se o mesmo toparia entrar nesse processo e, se teria também alguns interesses que gostaria que fossem considerados na pesquisa. Após os devidos entendimentos e acordos, foram definidos o processo e os instrumentos para a reconstrução da experiência, tendo sido acordado a necessidade de um instrumento para organizar a coleta de dados e informações, bem

como a forma para tabular e classificar tais dados e informações, através de uma “linha do tempo”, com colunas e faixas (apresentada no anexo). Ainda nesse mesmo encontro foi realizada uma visita à mata (sem entrar no seu interior, pois para isso necessitaria planejar antecipadamente para obter as devidas autorizações), e ao rio que circunda a mesma.

Os quatro encontros posteriores foram de reconstrução do processo social vivido pela luta do Movimento, sendo dividido em quatro décadas, uma década para cada encontro. Antes de cada um desses encontros, cada participante tinha a responsabilidade de procurar material escrito sobre as lutas daquela década, com recortes de jornais, panfletos, cartazes; além de recuperar da própria memória tais acontecimentos, e ainda falar com vizinhos, outras pessoas que já passaram pelo movimento, ou que participaram das mobilizações, para obter informações. Em cada encontro era produzido um grande mural, conforme o modelo da linha do tempo no anexo desta monografia.

O sexto e último encontro foi destinado à análise interpretativa da trajetória das quatro décadas de existência do Movimento, utilizando como referência a “linha do tempo” construída.

Posteriormente a tais encontros situamos a experiência de luta do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, na trajetória de luta dos movimentos sociais em Pernambuco, e relacionamos com os conceitos e conteúdos tratados na teoria dos novos movimentos sociais, que haviam sido estudados no início da monografia.

Para efeito didático do presente capítulo, distribuimos as informações em duas sessões. Na primeira, realizamos uma aproximação geográfica e humana com a mata, contendo informações sobre sua localização, e aspectos do ambiente e da história das ameaças sofridas e da resistência e proteção. A segunda sessão trata da reconstrução dos processos sociais vivenciados, especialmente das lutas travadas pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, organizando as informações nas quatro décadas (conforme modelo em anexo). Para cada década, iniciamos com as características principais das lutas do período, em seguida apresentamos uma listagem das principais ações seguidas de alguns comentários, enfatizando seus métodos e as principais conquistas. Para tal, a trajetória das lutas está distribuída e agrupada por quatro décadas, que é o tempo de existência e lutas do Movimento.

3.1. A Mata do Engenho Uchôa

A mata do Engenho Uchôa é a única mata do perímetro urbano de Recife que possui três importantes biomas: mangue, restinga e Mata Atlântica. A mata está localizada numa área de 192 hectares, e corresponde a 1% do território da capital pernambucana. Em seu entorno estão 11 bairros: Ibura, Caçote, IPSEP, Areias, Barro, Tejiipió, Estância, Cohab, Jiquiá, Imbiribeira e Jordão. A população desses bairros soma, aproximadamente, 270 mil pessoas, número que corresponde a 19% da população total do Recife.

Figura 1 - Localização da Mata do Engenho Uchôa



RECIFE

RVS
Engenho Uchôa

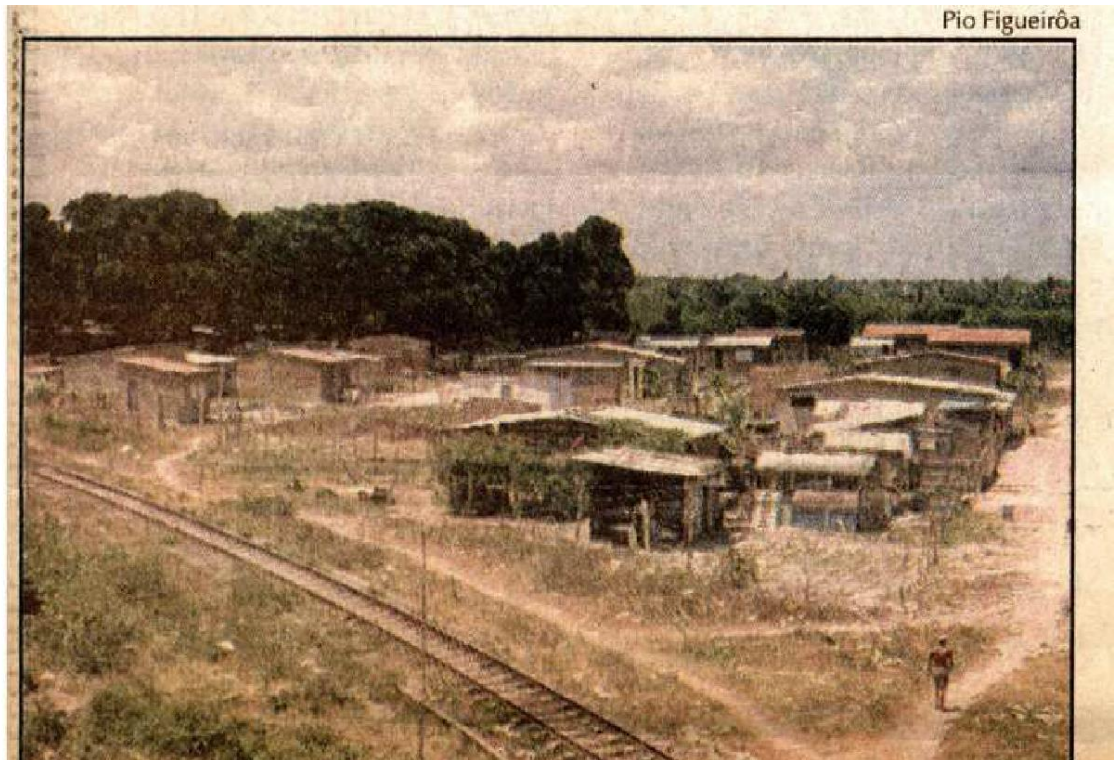
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013.

Dados levantados pela Câmara Técnico-temática Mata Uchôa, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) da Prefeitura do Recife, trazem registros da área da mata em 1959, quando ainda havia cultivo da cana-de-açúcar na área.

As mudanças na vegetação começaram a ocorrer em 1975, devido ao recuo do plantio de cana-de-açúcar, por falta de interesse dos proprietários do Engenho Uchôa. Parte da mata, antes devastada para a plantação deste tipo de cultura, começa a se regenerar nesse período.

Nesta época também são registrados dois importantes eventos, a abertura da BR 101 Sul e uma ocupação de famílias de baixa renda na área pertencente à Rede Ferroviária Federal SA. Houve também a implementação de vários loteamentos no entorno (ao norte, Nossa Senhora de Lourdes, Fábrica PRECIL; ao sul a Vila do SESI; a leste a ampliação da Vila do IPSEP e a oeste, os conjuntos habitacionais da COHAB e a construção do 4º Batalhão de Comunicação do Exército) (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 25).

Figura 2 - Ocupação ao longo da linha da RFFSA

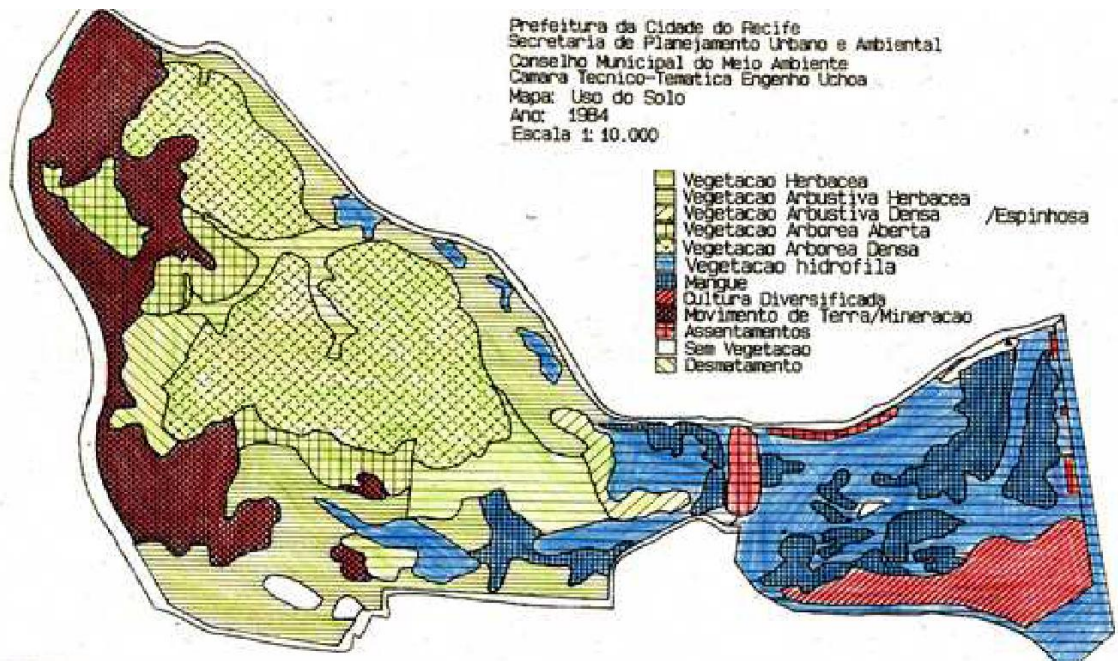


Fonte: JC/Ciência e Meio Ambiente de 14.12.1995

Em 1978, houve uma grande atividade de mineração com a retirada de barro para a implantação do Metrô e para a construção de um condomínio de alto luxo o que desencadeou, em 1979, o início da luta organizada da comunidade para impedir a destruição da mata.

Em meados de 1984, os estudos do COMAM mostraram um adensamento da vegetação arbórea na mata e aumento da área de mangue. Em contrapartida, a ação antrópica, com o aumento da exploração da mineração, levou à conseqüente formação de pontos de erosão e voçorocas.

Figura 3 - Mapa do Uso do Solo ano 1984



Fonte: Relatório da Câmara Técnico- temática do COMAM/1994

Em 1987, a área da Mata do Engenho Uchoa foi classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera, tendo como principal objetivo a pesquisa cooperativa, a conservação do patrimônio nacional e cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Neste mesmo ano, 20 hectares da mata também ganharam o status de Reserva Ecológica da Região Metropolitana do Recife, por meio da Lei Estadual 9.989/87. A finalidade dessa classificação foi a preservação do sistema hidrográfico, do relevo, do solo, da fauna e da flora existentes no local. Tanto a classificação da UNESCO, quanto a aprovação da lei que cria a Reserva Ecológica, foram, em grande parte, resultados das permanentes e intensas mobilizações das comunidades do entorno, organizadas através do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, conforme veremos na próxima sessão deste capítulo.

Importantes medidas proibitivas em relação à Mata do Engenho Uchoa também foram implantadas a partir dessa lei, quais sejam: a vedação do parcelamento para fins urbanos e a ocupação com edificações; proibição do desmatamento e a remoção da cobertura vegetal; vedação à movimentação de terras bem como a exploração de pedra areia, argila, cal ou qualquer espécie mineral; proibição do emprego de fogo em práticas agropastoris ou em qualquer outra atividade que comprometa a integridade das reservas bem como de suas áreas limítrofes.

O Decreto Municipal 17.548/96, da Prefeitura do Recife, regulamentou a mata como Área de Proteção Ambiental (APA), que 11 anos depois, por meio da Lei Municipal nº 17.337/2007, ganhou o nome de APA Rousinete Taveira Falcão (falecida no mesmo ano de publicação da lei), em homenagem a uma das integrantes mais ativas do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, que lutou por anos pela preservação da área. A constatação dessa nomeação para a Área de Proteção é mais uma indicação da forte incidência que o movimento passou a exercer, tanto na mobilização social, quanto nas políticas públicas ambientais no município e no Estado.

3.2. O Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa

Para efeito didático da presente sessão deste capítulo, que trata da reconstrução dos processos sociais vivenciados, especialmente das lutas travadas pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, apresentamos uma listagem das principais ações seguidas de alguns comentários, enfatizando seus métodos e as principais conquistas. Para tal, a trajetória das lutas está distribuída e agrupada por quatro décadas, que é o tempo de existência e lutas do Movimento.

3.2.1. De 1979 a 1988

Característica marcante dessa década foram os grandes enfrentamentos com a Construtora Odebrecht.

A história de lutas pela preservação da Mata do Engenho Uchôa começa ainda em 1979, a partir de uma denúncia do professor Vasconcelos Sobrinho, uma das grandes autoridades em ecologia do Brasil, de que tratores estavam derrubando a mata para a implantação de um empreendimento imobiliário de alto luxo da Construtora Odebrecht.

A partir da denúncia, a comunidade do entorno da mata, a partir da Associação de moradores começou a produzir ofícios e abaixo-assinados e enviá-los aos mais diversos órgãos competentes, a fim de impedir a construção de tal empreendimento.

A denúncia e as diversas iniciativas realizadas pelas Associações de Moradores da área (reuniões, assembleias, abaixo-assinados, visitas aos órgãos públicos, denúncias nos meios de comunicação) possibilitaram, por um lado, que o poder público se pronunciasse, o que foi realizado através de um relatório da FIDEM (órgão de planejamento do Estado), que responsabiliza a Odebrecht pela destruição de parcelas da mata; e por outro lado, constituiu o "Grupo de Amigos da Mata Uchôa", que em seguida se transformou no Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, que assume a responsabilidade pela coordenação das diversas lutas a partir daí.

Também em 1979 foi criada a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), a primeira ONG ambientalista do Nordeste, formada por professores, estudantes universitários, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros. Essa entidade apoiou a luta da comunidade e, então, foi instalada, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a primeira CPI ecológica do Brasil, após o recolhimento de quatro mil assinaturas. O objetivo da CPI era investigar o desmatamento da área de mata.

Como desdobramento da CPI, surge a decisão do presidente da CPRH, Luiz Carlos Menezes informa, por meio do Diário de Pernambuco, no caderno "Cidade", que vai intensificar a fiscalização na área e que o Governo Estadual acatou a recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, instalada para analisar o caso ocupação da área pertencente à incorporadora Odebrecht, a João Carlos Paes Mendonça (do Grupo Bompreço) e a Lourival Uchôa (da firma Precil), salientando a necessidade de se proteger a mata, considerando sua importância ecológica para a cidade do Recife (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 26).

A Mata do Engenho Uchôa foi reconhecida como Unidade de Conservação Estadual em 1987, inicialmente como Reserva Ecológica da Região Metropolitana do Recife (RMR), por meio da Lei Estadual nº 9.989, de 13 de janeiro daquele ano, por possuir critérios de relevância biológica tais como: proteção do relevo e do solo,

proteção do sistema hidrográfico da Região Metropolitana do Recife e proteção da qualidade ambiental urbana.

Em 1988 é noticiado em jornal, que ainda ocorre destruição progressiva da Mata Atlântica no Engenho Uchôa. Foi constatado que havia trabalhadores contratados por empresários, derrubando árvores e retirando barro, para futuras instalações do Supermercado Pague Menos. É enviado um abaixo assinado da comunidade a órgãos federal, estadual e municipal, pedindo providências urgentes sobre a devastação promovida pela Empresa Pague Menos. Fica proibida a extração de barro no Engenho Uchôa, após fiscalização conjunta de instituições federais, estaduais e municipais (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 26).

As primeiras lutas serviram para a sociedade civil, a comunidade do entorno da mata se organizar como o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, que também incluía várias entidades dos movimentos social e sindical e também grupos de universidades e escolas, além de diversas outras lideranças.

Nesse período também foi criado o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).

3.2.2. De 1989 a 1998

Característica marcante dessa década foi a ocupação e resistência da Comunidade Chico Mendes, além da continuidade dos enfrentamentos com empresas interessadas na área e com organismos do governo estadual.

Foi elaborado um memorial da comunidade, que foi entregue aos órgãos federais.

São colhidas assinaturas para um abaixo-assinado contra a devastação de uma área onde seria construído o Supermercado Pague Menos.

Em 1991 ocorre o apoio da comunidade à ocupação Chico Mendes, na qual enfrentaram forte repressão da Polícia Militar. A moradora Joselita Santos, agente comunitária de saúde, conta o seguinte: “Quando a gente chegou aqui, não tinha nenhuma casa. A gente levantava um barraco, a polícia derrubava” (SPINILLO, 2016).

Em 1993, a mensagem nº 64/93 da Secretaria Estadual de Assuntos Extraordinários é encaminhada à Assembleia Legislativa propondo um novo perímetro para a Reserva Ecológica da Mata do Engenho Uchôa, diminuindo o tamanho da área de preservação; ela tramita em caráter de urgência, a pedido do governador Joaquim Francisco. O argumento utilizado pelo governo era de que a “área da reserva possuía um trecho ambientalmente descaracterizado e se encontra em localidade com enorme potencial para habitação, servida por via com grande capacidade de tráfego e próxima a estação de metrô” (Fonte: JC 04.09.1993).

A proposta não havia sido analisada pela Comissão de Meio Ambiente, o que gerou indignação de seu presidente, o deputado Elias Gomes. Também era de desconhecimento do Secretário Estadual de Meio Ambiente, José Luís Delgado e do presidente da CPRH, Júlio Schettini, sendo, porém, de conhecimento do Secretário Estadual de Planejamento, Luiz Alberto Miranda, que justificava ser “a lei que criou as 40 reservas ecológicas, entre elas a do Engenho Uchôa, defasada, porque elas estão muito degradadas e descaracterizadas e se não forem ocupadas ordenadamente, serão invadidas.” Afirma ainda ter planos para o local, estando em processo de aprovação um projeto da Norberto Odebrecht, que prevê a construção de duas mil casas populares. Com este empreendimento, a empresa assumia o compromisso de

preservar o que resta da mata. (Fonte: JC de 04.09.1993) O assunto gerou imensa polêmica, questionamentos e protestos por movimentos ambientalistas e sociedade civil, fazendo com que o governo recuasse e retirasse a mensagem da Assembleia Legislativa para reformulá-la. A partir daí, os moradores do entorno da Mata reivindicam a desapropriação do Engenho Uchôa e a transformação da área em Parque Ecológico (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 27).

No ano de 1994 é criada uma Câmara Técnico-temática no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), órgão da Prefeitura do Recife que tem participação direta da sociedade civil, onde são apresentados estudos sobre a área do Engenho Uchôa e analisado o projeto do Parque Ecológico, apresentado pela ASPAN.

Em 1995 foi sancionada a Lei Estadual nº 11.206 que instituiu a Política Florestal, tratando, em seu Art. 24 do Capítulo V, das Unidades de Conservação, definindo a Reserva Ecológica como uma das categorias do grupo de proteção integral e estabelecendo que “as unidades de conservação de todas as categorias disporão de um plano de manejo, no qual se definirá o zoneamento ambiental e sua utilização e ainda deverão ter um regulamento próprio, aprovado pela autoridade competente, à qual estiver subordinada” (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 21).

Ainda em 1995, ocorre uma passeata em protesto à movimentação de terras e aterro na área de mangue presente na mata, ações que desrespeitavam a legislação já existente.

No final do mesmo ano, novos incêndios (dias 13 e 15 de dezembro) acontecem e parte significativa da mata, aproximadamente 10 hectares, é atingida, sendo o fato amplamente divulgado na mídia local (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 28).

Figura 4 - Registros fotográficos de incêndio na Mata do Engenho Uchôa



UCHOA — *O fogo voltou a consumir ontem a mata do Engenho Uchoa, no Barro, a exemplo do que ocorreu quarta-feira*

Fonte: JC/Ciência e Meio Ambiente de 14.12.1995

As constantes depredações, além da especulação imobiliária, continuaram a acontecer na área da Mata do Engenho Uchoa. Gerando constante mobilização social das comunidades no entorno. Tudo isso chamou a atenção do Poder Público mais uma vez, o que culminou no estabelecimento da reserva ecológica como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA), por meio da Lei nº 16.176/96, que trata Uso e Ocupação do Solo de Recife.

Essa lei inseriu 21 unidades de conservação do município, porém apenas a Mata do Engenho Uchoa foi precedida de estudos mais elaborados sobre suas condições.

Já em dezembro do mesmo ano, foi elaborado o Decreto Municipal nº 17.548/96 que definiu a Unidade de Conservação Engenho Uchoa como Área de Proteção Ambiental (APA), garantindo proteção aos 192 hectares da Mata do Engenho Uchoa.

O artigo 23 do Decreto Municipal 17.548/96 também definiu a implantação do Conselho de Administração da APA Engenho Uchoa:

- Art. 23. Na implantação e funcionamento da APA Engenho Uchoa, a SEPLAM será assessorada obrigatoriamente por um Conselho de Administração, composto de:
- I - 1 (um) representante da SEPLAM que o presidirá;
 - II - 1 (um) representante do COMAM;
 - III - 1 (um) representante dos proprietários de terrenos situados na área;
 - IV - 1 (um) representante das associações de moradores da APA e adjacências;
 - V - 1 (um) representante das universidades;
 - VI - 1 (um) representante do IBAMA;
 - VII - 1 (um) representante da CPRH / SECTMA;

- VIII - 1 (um) representante de organizações não governamentais que atuam na área ecológico-ambiental;
- IX - 1 (um) representante da Câmara dos Vereadores;
- X - 1 (um) representante do Fórum do PREZEIS;
- XI - 1 (um) representante da FIDEM.

Permanência da Ocupação Chico Mendes na área ocupada.

Definição da Ocupação Chico Mendes como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS são definidas pela Lei Municipal nº 16.176/96 como áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

Em 1997 acontecem as primeiras reuniões do conselho gestor da APA do Engenho Uchôa, formado por associações da sociedade civil (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 28).

3.2.3. De 1999 a 2008

Característica marcante dessa década foi a intensificação de ações para disseminar a consciência ambiental entre os moradores ao redor da mata, com ênfase em ações culturais.

Caminhada na Mata Uchôa com representantes de órgãos públicos ambientais e da comunidade.

Passeio ciclístico e rearticulação do movimento.

Em 2001, a área estava se transformando em um “lixão”, com depósito de entulhos e dejetos, além da continuidade da extração de barro, motivando um grande ato político com a realização de uma marcha com mais de dois mil alunos do Colégio Estadual Presidente Humberto Castelo Branco, que culminou com um grande ato às margens do rio Tejipió para plantio de mudas (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 31).

Como parte da mobilização para a criação de um Parque Ecológico Municipal, o Decreto Municipal nº 19.336/2002 declarou a área da Mata do Engenho Uchôa de utilidade pública para fins de desapropriação, e estabeleceu um prazo de cinco anos para tal.

Em 2003 ocorre o lançamento do boletim informativo do Movimento em Defesa da Mata Uchôa, intitulado “Araçá da Mata”. O documento traz informações sobre a Mata Atlântica e sobre a Mata do Engenho Uchôa em específico.

Trilha com estudantes das escolas do entorno da mata.

Comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente.

Visita ao Greenpeace.

Seminário do Movimento da Mata Uchôa: plano de ação e prioridades, de 18 a 19/03/2005.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013.

Ato público: I Passeio Ecológico em Defesa da Mata Uchôa, na Semana Mundial do Meio Ambiente, juntamente com entidades de apoio ao movimento.

Audiência pública na Câmara de Vereadores para a criação do Parque Ecológico Municipal.

V Encontro de Escolas do Manguê

Ofício protestando contra o projeto de lei 781, que planejava a redução da Reserva Ecológica Mata Uchôa.

Em 2004 ocorreu a comemoração aos 25 anos da luta de resistência em defesa da Mata do Engenho Uchôa.

Em 2005, foi realizado o “Seminário Mata do Engenho Uchôa” com o objetivo de apropriar integrantes do Movimento em Defesa da Mata e os demais interessados sobre as leis que regem o meio ambiente e, especificamente, a APA, além de traçar

os rumos para a criação do Parque Ecológico Municipal (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 32).

Em 2007 houve a criação da troça carnavalesca Arrebenta Sapucaia, com o intuito de difundir as ideias do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa por meio dos festejos de carnaval.

Lei Municipal nº 17.337/2007 nomeia Rousinete Taveira Falcão a APA do Engenho Uchôa.

Divulgação da mata através dos calendários.

No final do ano de 2008, o Decreto Municipal nº 24.143 datado de 21 de novembro, assinado pelo prefeito João Paulo, volta a aterrorizar a comunidade, declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação parcial e instalação da concessionária Recife Energia S/A. Este fato gerou muita polêmica e questionamentos, chegando a indignar a população local que há anos lutava pela manutenção da mata, gerando manifestações organizadas pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa.

Figura 6 – Mobilização do Movimento contra a instalação da usina de lixo na mata



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013.

O projeto previa a instalação da Central de Tratamento e Destinação de Resíduos, compreendendo uma unidade de triagem de resíduos em Uchôa, Recife, e uma usina para geração de energia, no Cabo de Santo Agostinho. O MPPE foi acionado pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa. Foram coletadas cerca de 5000 assinaturas em apoio à causa, inclusive a do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Passeatas e protestos foram realizados. (APAs).

3.2.4. De 2009 a 2018

Característica marcante dessa década foram os enfrentamentos com a empresa responsável pela instalação de uma usina de tratamento de lixo no interior da mata, a elaboração de um Plano de manejo para o futuro Parque do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchôa, e a participação em espaços de definição de políticas públicas ambientais no município, no Estado e no país.

Em novembro de 2009 a Câmara de Vereadores do Recife aprovou, por unanimidade, lei que altera o Código de Meio Ambiente do Recife. Com a modificação, ficava proibida a construção de qualquer empreendimento de tratamento, triagem ou destinação de resíduos sólidos em Áreas de Preservação Ambiental.

Ainda em 2009, cerca de mil alunos participaram de uma caminhada pela preservação da Mata do Engenho Uchôa e pela implantação do Parque Natural Rousinete Falcão.

Figura 7 - Caminhada dos estudantes em defesa da Mata do Engenho Uchôa



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013.

Dois anos depois, em julho de 2011, acontece uma audiência entre representantes do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, Ministério Público de Pernambuco e Prefeitura do Recife, com o intuito de avançar no processo de criação do parque supracitado. Na ocasião, os representantes do movimento cobraram da prefeitura, a retomada das atividades do Conselho Gestor da APA municipal.

No mesmo ano, o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), decide recategorizar as unidades de conservação. A proposta é categorizar a área como “Reserva de Floresta Urbana”, no entanto, a partir de posterior consulta pública, o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa pede, junto à Prefeitura do Recife, para a categoria ser “Refúgio de Vida Silvestre”, uma vez que ela se insere na Zona Primitiva e na Zona de Recuperação Ambiental do Zoneamento proposta para o Parque Natural a ser implantado. Segundo os representantes da Prefeitura, o projeto também prevê para esta área a recuperação ambiental, trilhas e edificação de apoio à pesquisa, com o aproveitamento de ruínas

existentes no local. A proposta foi aceita e Reserva Ecológica Mata do Engenho Uchôa, por meio da Lei Estadual nº 14.324/2011, passou à categoria de Refúgio de Vida Silvestre (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco, Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa. 2013, p. 34).

O requerimento pela categorização da mata como Refúgio de Vida Silvestre surge da demanda da implantação do Parque Ecológico Municipal, pois essa categoria de unidade de conservação traz consigo um importante aporte, exposto no art. 13 da Lei nº 13.787/2009:

§ 3º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão gestor da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada na forma da lei vigente.

O que este parágrafo da lei traz é de grande valia para as pretensões do movimento, pois é preciso desapropriação na área do Engenho, de propriedade privada, para a construção do parque.

Lançamento do livro “Direito Ambiental: uma Perspectiva Ambientalista, em 2011”.

Em continuidade ao processo de recategorização da área, em 26 de junho, foi instituído e empossado o seu Conselho Gestor Consultivo. Este Conselho é paritário, com onze representações da sociedade civil organizada e onze de órgãos públicos, cujas ações têm repercussão na área.

Estabelecido o Conselho Gestor, outras questões se tornaram relevantes e foram discutidas, agora dentro de um órgão oficial. Dentre as questões discutidas estava a definição do perímetro que seria trabalhado no futuro Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Engenho Uchôa. O tamanho dessa área passaria dos 20 ha definidos como Reserva Ecológica em 1987, para 171,05 ha, estabelecido posteriormente pelo Decreto nº 39.938/2013.

Mais uma vitória do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa acontece em 2012, quando a Prefeitura da Cidade do Recife reintegrou 5,5 hectares da mata, declarando a área de utilidade pública, por meio de revogação do decreto que destinava o local à construção da Usina de Tratamento de Resíduos pelo Consórcio Recife Energia.

Elaboração do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchôa, lançado em outubro de 2013.

Ações organizadas pelo movimento continuaram a acontecer, como visitas à mata por comunidades, escolas e autoridades públicas; plantio de árvores com participação das escolas municipais.

Houve também a participação do movimento na 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, em outubro de 2013.

Outras mobilizações também marcaram esse período, quais sejam: a elaboração de um manifesto pela transformação da mata em parque ecológico; a organização de um recital ambiental de cordéis e a criação da trilha ambiental “Lendas da Mata”.

Em 2017 aconteceu a 1ª Caminhada Rio Limpo Cidade Saudável, em prol do Rio Tejió, tendo sua reedição em 2018.

Figura 8 – Encontro no dia 13/04/2018



Fonte: Arquivo pessoal de Cláudio Braga

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para a presente monografia, tanto os estudos bibliográficos e históricos, quanto o levantamento de dados da realidade social pesquisada, demonstram a importância de algumas preocupações ou intuições levantadas durante a elaboração do projeto de pesquisa. Ou seja, os Movimentos Sociais se configuram como uma referência significativa na realidade social contemporânea, pois ao longo da história da humanidade, eles sempre representaram o anseio por transformação da realidade.

Como exemplos de movimentos mais próximos à realidade apresentada neste trabalho, temos os movimentos de bairros. O Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, inclusive, se encaixa nesta categorização, tendo em vista que engloba comunidades do entorno de uma área de importância crucial para a cidade do Recife. A luta em que eles estão inseridos diz respeito à preservação dessa mata, visando à manutenção do equilíbrio ecológico e social que a área em questão traz.

Pelo estilo das mobilizações, pelos enfrentamentos realizados, pelos sujeitos mobilizados, constatamos que esse movimento é continuidade e herdeiro de lutas históricas no Estado de Pernambuco, sobretudo dos movimentos de bairros. Mas não é só continuidade, é também inovação, como a bandeira específica da questão ambiental, uma vez que a defesa da mata se insere nessa luta maior que é local e mundial. Trataremos disso mais adiante na relação com a resposta à nossa hipótese de trabalho.

Este é um problema real, que joga luz sobre pontos endêmicos do capitalismo, e deixa clara a necessidade de um enfrentamento. A exploração de áreas verdes, muitas vezes a todo custo, tendo em vista o lucro que será obtido a partir da construção de algum empreendimento (um condomínio de alto luxo, no caso em específico), é uma característica predominante do sistema capitalista.

Portanto, ao deparar-se com questões nesse sentido ou em outro sentido diverso, uma comunidade, alavancada pelo sentimento de injustiça, pode levantar-se para defender interesses coletivos inerentes àquela situação.

E, historicamente, Recife se mostrou uma cidade efervescente de movimentos sociais, com as mais diversas demandas. Movimentos como a Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela, que realizava assistencialismo nas áreas de morros; a Sociedade Mista Largo do Viveiro de Afogados, que lutava pela posse de terrenos ocupados por seus associados; o Movimento de Cultura Popular, criado por um grupo de artistas e educadores, com o intuito de promover a cultura no processo educacional de crianças e adultos; e tantos outros movimentos.

Todos eles denotam uma capacidade de organização da sociedade em torno de um objetivo comum. E ainda que sazonal ou temporária, essa organização leva o movimento a angariar conquistas importantes para o bem comum.

Consideramos que a opção teórica assumida nesta monografia contribuiu para a análise da realidade estudada. Primeiramente, trazendo Karl Marx, nos apoiamos no conceito de associação, que o autor usa para manifestar a capacidade de organização da classe trabalhadora, por meio das Coligações de Trabalhadores, as quais conseguiam crescer constantemente, agregando cada vez mais operários.

A esse conceito podemos associar a capacidade que a luta pela Mata do Engenho Uchôa, teve de se organizar e montar um movimento de apoio a essa luta, assumindo o papel de ator principal, representado por cidadãos moradores do entorno da mata, e levando demandas aos mais variados órgãos representativos do Poder

Público. Esse papel foi fundamental para as seguidas vitórias alcançadas pelo movimento.

Outro conceito fundamental foi o dos três princípios de Touraine: identidade, oposição e totalidade. Como tratado previamente, esses princípios são a base para a compreensão da estrutura dos movimentos sociais. E pudemos constatar que os três estão presentes no movimento de luta pela Mata do Engenho Uchôa.

No princípio da identidade, cria-se a autoconsciência do movimento, sua identidade própria que. No caso do movimento em estudo, a sua identidade é a luta pela preservação de uma importante área de mata, única do Recife que apresenta três biomas (Mata Atlântica, restinga e mangue), repleta de fauna e flora riquíssimas. Moradores do entorno, juntamente com o apoio de estudiosos e movimentos outros, percebendo constante perigo de depredação, começaram a movimentar-se para estabelecerem-se como um movimento em defesa de um território ameaçado por frentes diversas.

Quanto ao princípio da oposição, o movimento identifica com clareza contra quem luta, quem são seus opositores. Essa noção se apresenta ao longo de toda a história de lutas pela preservação da Mata do Engenho Uchôa, na medida em que, desde 1979, que é quando ocorrem os sinais mais visíveis de degradação, com registro de atividade mineradora no local, além de retirada de barro para a construção do Metrô; no entanto, a denúncia mais proeminente foi feita pelo professor universitário e ambientalista Vasconcelos Sobrinho, de que tratores já estavam começando a destruir parte da mata para um futuro loteamento da área para a construção de um condomínio de alto luxo.

A partir daí, os opositores se colocam claramente às vistas do movimento. Os responsáveis pela mineração, a empresa responsável pela construção do metrô e a Odebrecht, que era a dona do projeto do condomínio. Estes, sem dúvida, eram os opositores do movimento naquele primeiro momento de movimentações.

Entretanto, durante as quase quatro décadas de lutas, o movimento encontrou vários outros opositores, sejam empresas privadas, seja o próprio Poder Público (nos casos da repressão policial à Ocupação Chico Mendes e do projeto de construção de uma usina de tratamento de lixo na área da mata).

O princípio da totalidade diz respeito a como um movimento justifica suas ações, como elas se inserem dentro de valores humanos superiores. No caso em estudo, a própria preservação da mata se inscreve numa luta pela manutenção do equilíbrio ecológico, que se constitui um bem comum não só à população do entorno da mata do Engenho Uchôa, mas para a coletividade em geral.

Manuel Castells, sociólogo espanhol contemporâneo, questiona acerca de quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer. A resposta estaria nas emoções. Ele afirma que a superação da ansiedade (emoção que levaria a uma ação paralisante) no comportamento sociopolítico advém da raiva, que é uma emoção negativa, ampliada pela compreensão de uma ação injusta e a identificação do responsável por ela. A partir daí, o indivíduo, movido pela raiva, assume riscos antes impensáveis, supera o medo, e então é tomado por emoções positivas, na medida em que a ação é ativada pelo entusiasmo e a esperança prenuncia as recompensas por tomar uma ação arriscada (CASTELLS, 2013, p. 19).

Tomando essa noção de Castells para entender as ações do movimento, observa-se que as atividades de degradação da mata causaram indignação na comunidade do seu entorno, ativando a compreensão da injustiça que seria destruir

uma área vital para a população próxima e para a cidade do Recife. Uma vez identificados os responsáveis por tais atos, os participantes do movimento foram levados a tomar atitudes e superar barreiras, na esperança de atingir um objetivo comum.

Nossa opção metodológica, assume os riscos e os cuidados da pesquisa qualitativa, mais concretamente com a utilização da técnica de “Reconstrução de Processos Sociais”, uma vez que permite a análise através da captação de padrões de longa vigência e de mudanças estruturais, apenas perceptíveis quando se trabalha com um tempo muito longo; mas por outro lado percebemos o perigo inverso que nos esforçamos por evitar que é a perda das especificidades de cada contexto e, em alguns casos, ou até o desaparecimento dos atores, das pessoas de carne e osso, que viveram os processos e deram alma aos processos de mobilizações.

Embora esta opção metodológica não tenha sido uma definição anteriormente assumida, quando da elaboração do projeto de pesquisa, mas uma opção por conta das condições possíveis para o presente trabalho. Condições estas marcadas pela existência de um projeto de extensão realizado pelo professor orientador, já em andamento. Dentro do projeto foi possível fazer um resgate histórico de lutas do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, oportunizando a oralidade dos atores, considerando também os riscos que ela oferece, mas entendendo a importância de dar voz aos participantes da luta. Alguns desses participantes caminham com o movimento desde os seus primórdios, caso da professora Luci Machado, uma das fundadoras do movimento já referido.

Conhecer os processos pelos quais esse movimento passou foi de suma importância para reconstruir a história do movimento e entender suas lutas dentro de um contexto estrutural e conjuntural. Tendo em vista que a área da Mata do Engenho Uchôa já passou por variados processos, como especulação imobiliária, degradação por meio de incêndios e desmatamentos, e também exploração mineral, é possível compreender o empenho colocado pela comunidade do entorno, especialmente representado pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa e seus diversos apoiadores ao longo de quase quatro décadas de enfrentamentos.

Consideramos que demos conta dos objetivos da presente monografia, uma vez que conseguimos constatar que o movimento segue uma linha de lutas já bem presente e consolidada em diferentes movimentos sociais de bairros na História de Recife.

Contudo, a luta em defesa da mata do Engenho Uchôa provocou o surgimento da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), primeira ONG ambientalista do Nordeste do Brasil, dando base para a luta ambientalista na região. A ASPAN, por conseguinte, e até mesmo por ser de caráter mais técnico, deu força para o movimento da comunidade no que tange à defesa da área.

Quanto ao debate teórico, consideramos importante tanto o conhecimento de algumas teorias que tratam do objeto pesquisado, e que estão consagradas nas ciências sociais, especialmente na sociologia, quanto para a utilização de conceitos que nos permitiram aprofundar algumas dimensões da realidade pesquisada, que são os movimentos sociais concretamente existentes, especialmente o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa. Neste sentido destacamos alguns conceitos fundamentais que nos ajudaram em tal empreitada.

A pesquisa de campo também nos permitiu confirmar nossa hipótese de trabalho, uma vez que ao considerar que a trajetória dos movimentos sociais em Pernambuco demonstram graus de continuidade entre diversos movimentos

presentes na história do Estado, mas também de inovações em cada um, ou na maioria deles, nos perguntamos: “Qual a especificidade do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa como parte da luta social em Pernambuco?”. E levantamos como hipótese que a especificidade seria a questão da defesa do meio ambiente, especialmente pela manutenção da referida mata, como um bem coletivo para a cidade do Recife, e para o meio ambiente em geral.

A luta do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, como colocado acima, certamente foi de fundamental importância para o fortalecimento da luta ambientalista em Pernambuco, e também no Nordeste como um todo. E isso é justificado, porque, quase à mesma época das primeiras movimentações do movimento, surge a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASSPAN), que é a primeira ONG ambientalista da região Nordeste.

Muitos dos enfrentamentos do movimento, a pressão sobre o Poder Público por meio de ofícios, abaixo-assinados, caminhadas, protestos em geral, e ainda o apoio de outras instituições, acarretaram em significativas conquistas. Toda a luta em defesa da mata chamou a atenção de várias entidades, desde a Prefeitura do Recife e suas secretarias e conselhos, até à UNESCO.

Tudo isso ocasionou a elaboração de várias leis, decretos e até mesmo a criação de um órgão dentro de uma entidade da Prefeitura do Recife (câmara técnico-temática no Conselho Municipal de Meio Ambiente) para a proteção da Mata do Engenho Uchôa, mesmo com tantas forças contrárias (até mesmo dentro de esferas do Poder Público) e tantas tentativas de degradação da área. Aqui reside importante inovação e a especificidade do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, tanto na bandeira de luta, quanto na negociação, execução e fiscalização de políticas públicas vinculadas à esta bandeira.

Algumas questões que chamaram nossa atenção durante a realização da pesquisa, bem como do projeto de extensão onde se desenvolveu nossa pesquisa de campo, não foram tratadas, sob o risco de perder o foco da questão central, dentro do tempo possível para a realização da presente monografia. Entre estas questões destacamos a formação das lideranças no interior do movimento.

O ponto crucial dessa questão, detectada ao longo do projeto de extensão, é a ausência de formação de novas lideranças dentro do Movimento em Defesa da Mata Uchôa. Sempre que havia reuniões, os participantes eram pessoas acima dos 50 anos de idade, e a maioria está no movimento desde seu início.

Mesmo havendo projetos com escolas públicas das comunidades do entorno, com visitas à mata e também movimentações que incluem jovens e adolescentes em caminhadas e outras formas de reivindicação, não se percebe uma renovação na liderança do referido movimento, correndo-se o risco de, caso não haja um esforço nesse sentido, o movimento não garanta sua continuidade.

Consideramos que esta é uma importante questão levantada pela pesquisa, e não tratada pelas questões acima apresentadas, mas que podem ficar como referência para posteriores investigações, tendo em vista a fundamental importância que tem o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa.

Mesmo que este seja um risco presente, não inibe nem diminui a importantíssima contribuição do Movimento especificamente para a manutenção e defesa da Mata do Engenho Uchoa, não só para sua preservação, mas, sobretudo, para a luta presente, que é a sua transformação num Parque da Vida Silvestre, e como um espaço para a convivência das pessoas e destas, com outras dimensões do

ambiente, das árvores, dos rios, dos pássaros; e no geral, para as questões ambientais locais, nacionais e globais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **Métodos qualitativos de pesquisa**: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre et al (Org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento.** São Paulo: Cortez, 1991.

AQUINO, R. S. L. **Pernambuco em Chamas.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco\ Editora Massangana, 2014.

BEZERRA, G. **Memórias, 1900-1945.** São Paulo: Boitempo Editorial, parte 2, 2011.

CABRAL, A. A. C. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: O vivido e o instituído.** Dissertação de Mestrado em Geografia-UFPE: Recife, 2004.

CABRAL, A. A. C.; SÁ, A. J. Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações no Brasil e no Recife. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, p. 201-209, set/dez. 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CÉZAR, M. C. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). **Caderno de Estudos Sociais.** Recife: FUNDAJ, v. 1, n. 2, 1985.

ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social. **Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989.** Recife: ETAPAS, v. I, 1989.

FIGUEIREDO FILHO, J. **História do Cariri.** Fortaleza: Edições UFC, v. 1, 2010.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 2a Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Loyola, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil, movimentos sociais, ONG's e redes solidárias.** São Paulo: Coleção Questões da Nossa Época, 2005.

KOWARICK, L. Introdução. In: TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas,** v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. História. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Coleção Grandes cientistas sociais**, n. 36, 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Mercado Aberto, 1988.

OLIVEIRA, P. S. **A noiva da revolução**. Recife: Comunigraf, 2007.

QUINTAS, A. S. **O Sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SEGISMUNDO, F. **História Popular da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949.

SEMAS, **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Engenho Uchôa**. Recife, 2013.

SILVA, M. A. G. **Encontro e desencontro de um movimento negro**. Brasília: Editora Fundação Cultural Palmares, 1994.

SOUTO MAIOR, A. **Quebra-quilos - Lutas Sociais no Outono do Império**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

SPINILLO, Luana. **“Recife tem rua em homenagem ao Partido dos Trabalhadores”**. 2016. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/recife-tem-rua-em-homenagem-ao-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 16/08/2018.

THIOLLENT, M. Maio de 1968: testemunho de um estudante. **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 10, n. 2, p. 63-100, outubro de 1998.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: EDUSC, 1998.

TOURAINÉ, A. **Los movimientos sociales hoy**: actor et analyses. Madrid: Editorial Planeta, 1978.

TOURAINÉ, A. O Método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v.1, n.3, p. 36-45, jul.1982.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - MODELO PARA RECONSTRUÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS -
LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO EM DEFESA DA MATA DO ENGENHO
UCHÔA**

Períodos / Acontecimentos	Década de 1989 a 1888	Década de 1989 a 1998	Década de 1999 a 2008	De 2009 a 2018
Principais acontecimentos ou ações realizadas				
Acontecimentos do Contexto político e social local e nacional				
Principais conquistas alcançadas				
Principais adversários enfrentados				
Principais alianças, parcerias, apoios adquiridos ou construídos.				